

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205–005 – 01204–001 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Submetemos à vossa apreciação o Relatório de Administração da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais e as correspondentes demonstrações financeiras juntamente com o Relatório do Auditor Independente, referente ao exercício de 31 de dezembro de 2025.

NOSSO DESEMPENHO

Dando continuidade à estratégia de reorganização societária do Grupo Porto, que visa a segregação de seus negócios em verticais especializadas, informamos que a Companhia, no decorrer de 2025, concentrou tanto a emissão de novas apólices, quanto as renovações da marca Azul, além das novas emissões e renovações de seguros residenciais da controlada Itaú Auto e Residência.

Esta movimentação fundamenta-se nos seguintes pilares:

- Sinergia Operacional e Tecnológica: Unificação de processos para ganho de escala e eficiência administrativa.
- Preservação de Valor: Manutenção da força de mercado e do posicionamento da marca Azul e Itaú perante o consumidor final, uma vez que ambas as marcas permanecerão nas apólices.
- Transparência nos Resultados: Em virtude dessa migração, os demonstrativos financeiros da Companhia apresentam um aumento substancial em suas rubricas.

Adicionalmente, a Companhia informa que, após a solicitação submetida à SUSEP em outubro de 2025, obteve, em 05 de janeiro de 2026, a autorização para a incorporação de sua controlada Itaú Auto e Residência. A conclusão da operação está prevista para os próximos 90 dias. Esta etapa reitera o compromisso da Administração com a otimização da estrutura de capital e com a captura de sinergias para maior agilidade na prestação de serviços.

• Prêmios emitidos

Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram no exercício R\$ 22.244,1 milhões, um aumento de R\$ 5.295,2 milhões, 31,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O principal motivo está relacionado às novas emissões e renovações da marca Azul e Itaú.

• Despesas administrativas

No exercício, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 12,7%, com aumento de 0,2 p.p. em relação ao mesmo período do ano anterior. O aumento ocorreu principalmente nas despesas relacionadas a pessoal próprio, em virtude da transferência de colaboradores das controladas Azul e Itaú.

• Resultado financeiro

O resultado financeiro totalizou no exercício R\$ 714,6 milhões, um aumento de R\$ 299,2 milhões, 72,0% em relação mesmo período do ano anterior. O aumento está substancialmente relacionado ao melhor rendimento das aplicações financeiras.

• Índice combinado

O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos) no exercício foi de 90,8%, um aumento de 2,2 p.p. em relação aos 88,6% do exercício anterior. Já o índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, no exercício foi de 87,6%, com um aumento de 1,2 p.p. em relação ao mesmo exercício anterior. Estas variações decorrem principalmente do aumento do índice de sinistralidade.

• Resultado do exercício e por ação

O resultado totalizou no exercício R\$ 1.781,3 milhões, um aumento de R\$ 214,4 milhões, 13,7% em relação ao ano anterior. Essa variação decorreu substancialmente do aumento expressivo dos prêmios emitidos e resultado financeiro. O resultado por ação, por sua vez, apresentou variação positiva em decorrência desse aumento, sendo R\$ 2,48 no exercício e R\$ 2,24 no exercício anterior.

• Declaração de capacidade financeira

Em atendimento à Circular SUSEP nº 648 de 12 de novembro de 2021 e alterações posteriores, a Companhia declara deter, na categoria “Custo amortizado”, títulos e valores e, considerando ter capacidade financeira para tal, manifesta a intenção de observar os prazos de resgates originais de cada título.

• Política de reinvestimento de lucros e pagamento de dividendos

Do lucro líquido serão deduzidos, se for o caso, antes de qualquer destinação e independente de deliberação, os prejuízos acumulados. Na sequência serão realizadas as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social.

O Estatuto prevê, o pagamento aos acionistas da Companhia, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos. O saldo remanescente será destinado à reserva de lucros, aguardando destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes. Além disso, está autorizada a qualquer tempo pagar juros sobre capital próprio, observadas as limitações legais aplicáveis. Os dividendos intermediários e os juros sobre capital próprio pagos pela Companhia podem ser imputados como antecipação do dividendo mínimo obrigatório.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

Ambiental, social e governança (ASG) nos negócios

Nova Estratégia de Sustentabilidade: Regenera

Lançamos a Regenera, a nova estratégia de sustentabilidade do Grupo Porto, marcando o início de um novo capítulo em nossa trajetória. A estratégia está estruturada em quatro pilares e contempla metas públicas e de longo prazo, com horizonte até 2030.

1. Valorização do Capital Humano e Impacto Social

Metas:

- Investir R\$ 40 milhões em projetos sociais, culturais e de fomento ao esporte;
- Alcançar 50% de mulheres em cargos de liderança;
- Alcançar 30% de pessoas negras em cargos de liderança.

2. Estratégia Climática e Circularidade

Metas:

- Reduzir em 40% as emissões absolutas de Gases de Efeito Estufa (GEE) dos Escopos 1 e 2, tendo 2023 como ano-base.
- Abastecer 100% da operação direta* com energia renovável (*por meio de autocaptação e aquisição de certificados de energia renovável).
- Dobrar a reciclagem de veículos até 2030, com 2023 como referência.

3. Produtos e Soluções Sustentáveis

Meta:

- Comercializar R\$ 13 bilhões em produtos com impacto socioambiental positivo.

4. Engajamento da Cadeia de Valor

Metas:

- Obter o Selo Pró-Ética em três empresas do Grupo.
- Monitorar 100% dos fornecedores e parceiros de negócios com base em critérios ASG.

A construção dessa estratégia foi pautada pela escuta ativa de “stakeholders”, por uma análise de materialidade e pelo alinhamento das metas sustentáveis com as diretrizes e planejamento estratégico para o ciclo 2025-2030.

Guiada para “Cuidar do presente para regenerar o futuro”, Regenera nasce com o compromisso de reequilibrar, restaurar e transformar - indo além da preservação.

A implementação será conduzida em todas as operações do Grupo Porto, no Brasil e no Uruguai, com um plano contínuo de mobilização de colaboradores, parceiros e corretores. O objetivo é consolidar uma cultura organizacional orientada à responsabilidade e à regeneração, reconhecendo a urgência dos desafios atuais e atuando com consciência e compromisso em prol do futuro de impacto positivo e inclusivo.

AMBIENTE ECONÔMICO

A economia global apresentou desempenho positivo no quarto trimestre de 2025, superando os desafios impostos pela majoração das tarifas de importação norte-americanas e o ambiente geopolítico desafiador.

Nos EUA, a atividade econômica manteve-se resiliente, com dados correntes indicando crescimento anualizado de 2,7% (“Atlanta FED GDPNow”), concomitante a um gradual arrefecimento do mercado de trabalho.

Ainda que a inflação permaneça acima da meta em diversas métricas subjacentes, o risco de enfraquecimento adicional do mercado de trabalho foi argumento suficiente para levar o “FED” (Federal Reserve) a reduzir os juros em 75 pontos-base desde setembro de 2025. A perspectiva de continuidade do crescimento norte-americano baseia-se em condições financeiras mais expansivas, estímulos fiscais e na redução da incerteza comercial. Além disso, a postura do “FED” (Federal Reserve) e dos candidatos para sucessão de Jerome Powell sugere maior tolerância inflacionária. Somado à percepção de maior ingerência do governo sobre a economia e o Banco Central, isto contribuiu para manutenção da tendência de depreciação do dólar global. No Brasil, observa-se a continuidade da desaceleração da atividade econômica, reflexo da política monetária restritiva, embora partindo de patamares elevados. O mercado de trabalho segue resiliente, impulsionando o crescimento real da massa de renda.

Para o início de 2026, projetamos sustentação do consumo, favorecida pelo aumento da renda disponível decorrente da reforma do Imposto de Renda e do reajuste real do salário mínimo. A estimativa de crescimento do PIB para o ano de 2026 é de 1,5%. A desinflação de 2025 foi ancorada no recuo dos preços de alimentos e na forte apreciação cambial (~12%). A inflação de serviços, mais sensível ao ciclo econômico, segue elevada e sustenta nossa projeção de IPCA para 3,8% em 2026.

A dinâmica fiscal permanece como o principal fator de risco à estabilidade macroeconômica doméstica. Apesar do crescimento da arrecadação, o déficit primário persiste e pressiona a dívida bruta. Somado às incertezas do ciclo eleitoral de 2026, as expectativas de inflação seguem desancoradas da meta de 3%.

Consequentemente, o espaço para flexibilização monetária é limitado: esperamos o início do ciclo de cortes da Selic apenas em março, encerrando o ano em 12%. Os principais riscos monitorados à frente são: (i) aceleração da inflação norte-americana impulsionada pela atividade aquecida; (ii) escalada de conflitos geopolíticos com impacto relevante sobre crescimento econômico global; (iii) Deterioração adicional da dinâmica e expectativa fiscal brasileira.

AGRADECIMENTOS

Registramos, mais uma vez, nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

A Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto para informações sobre resultado por ação)

	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Prêmios emitidos.....	26	22.244.134	16.948.941
Variações das provisões técnicas de prêmios.....	27	(2.780.184)	(690.278)
Prêmios ganhos.....	26	19.463.950	16.258.663
Sinistros ocorridos.....	28	(9.830.916)	(7.923.977)
Custos de aquisição.....	29	(4.631.593)	(3.787.225)
Outras receitas e despesas operacionais	30	(262.547)	(217.357)
Resultado com resseguro		(73.830)	(64.340)
Receitas com resseguro.....		77.418	70.515
Despesas com resseguro.....		(151.248)	(134.855)
Despesas administrativas	31	(2.467.643)	(2.037.060)
Despesas com tributos	32	(474.729)	(437.998)
Resultado financeiro	33	714.586	415.352
Resultado patrimonial.....		220.749	288.475
Resultado operacional.....		2.658.027	2.494.533
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		140	(1.761)
Resultado antes dos impostos e participações		2.658.167	2.492.772
Imposto de renda.....	11.2	(303.388)	(287.259)
Contribuição social	11.2	(183.076)	(164.320)
Participações sobre o resultado		(390.426)	(474.276)
Resultado do exercício		1.781.277	1.566.917
Quantidade de ações		717.468	689.236
Resultado por ação básico e diluído	36	2,4827	2,2409

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado do exercício	1.781.277	1.566.917
Outros resultados abrangentes	74.726	(176.847)
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:		
Ajustes de títulos e valores mobiliários	35.200	(188.787)
Efeitos tributários.....	(14.080)	75.515
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas.....	86.618	(86.574)
Efeitos tributários - controladas	(34.647)	34.630
Ajuste de provisão complementar de cobertura - controladas	19.247	(20.733)
Efeitos tributários sobre ajuste de provisão.....	(7.699)	8.293
Ganhos e perdas atuariais	(16.521)	1.348
Efeitos tributários sobre ganhos e perdas atuariais	6.608	(539)

Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários..... **1.856.003** **1.390.070**
As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		14.786.711	10.809.765
Disponível.....	7	74.380	95.613
Caixa e bancos.....		74.380	95.613
Equivalentes de caixa.....	7	412.856	317.176
Aplicações financeiras.....	8	1.321.571	726.157
Créditos das operações com seguros e resseguros		9.459.051	7.081.287
Prêmios a receber	9.1	9.361.610	7.017.067
Operações com seguradoras		65.788	31.890
Operações com resseguradoras	5.1	31.653	32.330
Outros créditos operacionais	9.2	107.158	79.974
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	144.010	149.990
Títulos e créditos a receber.....		592.409	330.687
Títulos e créditos a receber.....	10	145.695	71.684
Créditos tributários e previdenciários	11	240.730	98.328
Outros créditos	10.2	205.984	160.675
Outros valores e bens	12	115.153	103.913
Bens à venda.....		6.907	3.016
Outros valores		108.246	100.897
Despesas antecipadas		169.522	92.816
Custos de aquisição diferidos.....	13	2.390.601	1.832.152
Seguros		2.390.601	1.832.152
Não Circulante		12.012.938	11.676.180
Realizável a longo prazo		7.502.617	6.972.912
Aplicações financeiras.....	8	4.580.744	3.972.860
Créditos das operações com seguros e resseguros		693.605	608.166
Prêmios a receber	9.1	693.605	608.166
Outros créditos operacionais.....		35.306	30.977
Ativos de resseguro - provisões técnicas	22.1	18.029	14.834
Títulos e créditos a receber		1.841.853	1.989.850
Títulos e créditos a receber.....	10	4.969	185
Créditos tributários e previdenciários	11	694.226	867.331
Depósitos judiciais e fiscais.....	14	1.138.699	1.119.449
Outros créditos	10.2	3.959	2.885
Outros valores e bens	12	187.155	217.471
Despesas antecipadas		12.046	11.681
Custos de aquisição diferidos.....	13	133.879	127.073
Seguros		133.879	127.073
Investimentos.....		2.540.147	2.825.529
Participações societárias.....	15	2.540.147	2.825.529
Imobilizado	16	320.845	305.794
Imóveis de uso próprio		11.669	11.881
Bens móveis		174.917	166.185
Outras imobilizações		134.259	127.728
Intangível	17	1.649.329	1.571.945
Outros intangíveis.....		1.649.329	1.571.945
Total do ativo.....		26.799.649	22.485.945

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo e patrimônio líquido	Nota Explicativa	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Circulante		16.702.536	12.936.844
Contas a pagar.....		1.787.529	1.358.420
Obrigações a pagar.....	18.1	737.684	542.750
Impostos e encargos sociais a recolher	18.2	733.640	543.363
Encargos trabalhistas		124.492	121.017
Empréstimos e financiamentos	19	40.407	99.777
Impostos e contribuições.....		44.265	36.448
Outras contas a pagar		107.041	15.065
Débitos das operações com seguros e resseguros	21	962.546	821.430
Prêmios a restituir.....		–	21.780
Operações com seguradoras		38.218	21.768
Operações com resseguradoras		88.779	90.843
Corretores de seguros e resseguros.....	21.1	763.900	631.192
Outros débitos operacionais.....		71.649	55.847
Depósitos de terceiros.....	20	25.008	50.500
Provisões técnicas - seguros.....	22	13.912.437	10.692.524
Danos		13.039.113	9.882.344
Pessoas.....		467.965	423.278
Vida individual		405.359	386.902
Outros débitos		15.016	13.970
Débitos diversos	24	15.016	13.970
Não Circulante		3.111.487	2.792.549
Contas a pagar.....		622.241	507.538
Obrigações a pagar.....	18.1	167.008	140.727
Tributos diferidos	11.1.3	305.960	299.618
Empréstimos e financiamentos	19	149.273	67.193
Provisões técnicas - seguros.....	22	1.385.213	1.194.581
Danos		1.235.704	1.068.716
Pessoas.....		105.851	90.551
Vida individual		43.658	35.314
Outros débitos		1.104.033	1.090.430
Provisões judiciais.....	23.1	996.487	976.112
Débitos diversos	24	107.546	114.318
Patrimônio líquido	25	6.985.626	6.756.552
Capital social		3.810.299	3.634.799
Aumento de capital - em aprovação		–	175.500
Reservas de reavaliação		(1.475)	(223)
Reservas de lucros.....		3.382.323	3.226.723
Ajustes de avaliação patrimonial		(205.521)	(280.247)
Total do passivo e patrimônio líquido		26.799.649	22.485.945

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP



→ continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais)

	Aumento/redução				Ajustes de		Lucros			Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nota explicativa	Capital social	de capital em aprovação	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	avaliação patrimonial	acumulados	Total			
Saldo em 31 de dezembro de 2023		2.210.885	1.423.914	1.650	3.021.679	(103.400)	—	6.554.728			
Dividendos intermediários - exercícios anteriores		—	—	—	(822.000)	—	—	(822.000)			
Aumento/redução de capital:											
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.082		1.611.064	(1.611.064)	—	—	—	—	—			
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.094		(187.150)	187.150	—	—	—	—	—			
AGE de 31 de outubro de 2024		—	35.000	—	—	—	—	35.000			
AGE de 27 de dezembro de 2024		—	140.500	—	—	—	—	140.500			
Reserva de reavaliação:											
Realização		—	—	(2.963)	—	—	2.963	—			
Outros		—	—	1.090	—	—	—	1.090			
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas ..		—	—	—	133.270	—	—	133.270			
Ações alienadas controladora/controladas		—	—	—	(116.571)	—	—	(116.571)			
Ajustes de avaliação patrimonial		—	—	—	—	(176.847)	—	(176.847)			
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	1.566.917	1.566.917			
Destinação do resultado:											
Reserva legal		—	—	—	78.346	—	(78.346)	—			
Reservas estatutárias		—	—	—	931.999	—	(931.999)	—			
JCP intercalares (0,21 por ação)		—	—	—	—	—	(459.535)	(459.535)			
Dividendos mínimos e complementares (0,42 por ação)		—	—	—	—	—	(100.000)	(100.000)			
Saldo em 31 de dezembro de 2024		3.634.799	175.500	(223)	3.226.723	(280.247)	—	6.756.552			
Dividendos intermediários - exercícios anteriores	25 (e)	—	—	—	(927.500)	—	—	(927.500)			
Aumento/redução de capital:											
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.474	25 (a)	35.000	(35.000)	—	—	—	—	—			
Portaria CGRAJ/SUSEP nº 2.500	25 (a)	140.500	(140.500)	—	—	—	—	—			
Reserva de reavaliação:											
Realização	25 (c)	—	—	(1.924)	—	—	1.924	—			
Outros		—	—	671	—	—	—	671			
Reconhecimento pagamento em ações controladora/controladas ..	25 (f)	—	—	—	175.047	—	—	175.047			
Ações alienadas controladora/controladas	25 (f)	—	—	—	(168.467)	—	—	(168.467)			
Ajustes de avaliação patrimonial	25 (b)	—	—	—	—	74.726	—	74.726			
Resultado do exercício		—	—	—	—	—	1.781.277	1.781.277			
Destinação do resultado:											
Reserva legal		—	—	—	89.064	—	(89.064)	—			
Reservas estatutárias		—	—	—	987.456	—	(987.456)	—			
JCP intercalares (0,85 por ação)	25 (e)	—	—	—	—	—	(606.681)	(606.681)			
Dividendos mínimos e complementares (0,14 por ação)	25 (e)	—	—	—	—	—	(100.000)	(100.000)			
Saldo em 31 de dezembro de 2025		3.810.299	—	(1.475)	3.382.323	(205.521)	—	6.985.626			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 e Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - São Paulo - SP. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos e pessoas, em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é parte integrante do Grupo Porto, cuja arquitetura de negócios está estruturada em cinco verticais estratégicas: Seguros, Saúde, Bank, Serviços e Outros Negócios. Inserida na vertical de seguros, a Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A., companhia com ações negociadas no segmento do Novo Mercado da B3, sob o código PSSA3.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentava a seguinte composição acionária (*):

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	0,1%
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguros S.A.	0,1%
Porto Seguros S.A.	Participação
Porto Seguro S.A.	99,9%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.....	0,1%
Porto Seguro Pagamentos Ltda.	Participação
Porto Seguro Serviços e Comércio S.A.....	100,0%
Porto Seguro S.A.	Participação
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	Participação
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,0%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreend. Participações S/A.....	15,8%
Itaú Seguros S.A.	0,8%
Ações em circulação	0,2%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jaime Brasil Garfinkel.....	32,9%
Cleusa de Campos Garfinkel.....	30,5%
Bruno Campos Garfinkel.....	18,3%
Ana Luíza Campos Garfinkel.....	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	Participação
Jayne Brasil Garfinkel.....	100,0%
Itauseg Participações S.A.	Participação
Banco Itaucard S.A.	26,4%
Itaú Unibanco S.A.	62,4%
Banco Itaú BBA S.A.	11,2%
Itaú Unibanco S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	Participação
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	Participação
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.....	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,3%
Outros	9,0%

(*) Participações nas ações ordinárias.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 BASE DE PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com a Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, as disposições da Lei das Sociedades Anônimas e os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando referendados pela SUSEP. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, estas demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. Essas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão, pela Diretoria, em 04 de fevereiro de 2026.

2.2 CONTINUIDADE

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro e não tem conhecimento de alguma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando.

2.3 MOEDA FUNCIONAL E DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e mais observada do principal ambiente econômico em que a Companhia opera.

2.4 PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente por meio de uma participação societária de 20% a 50% dos direitos de voto. A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas: Azul Companhia de Seguros Gerais ("Azul Seguros"), Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Porto Vida"), Itaú Auto e Residência S.A. ("Itaú Auto e Residência") e Porto Seguro Capitalização S.A. (Porto Capitalização"), avaliadas pelo método de equivalência patrimonial (vide nota explicativa nº 15).

A Companhia está dispensada da apresentação de demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com o CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, considerando os seguintes fatores: (i) não há objeção dos acionistas quanto a não apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; (ii) a Companhia não possui instrumentos de dívidas patrimoniais negociadas no mercado aberto; (iii) a Companhia não registrou e não está em processo de registro de suas demonstrações financeiras individuais na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; e (iv) a controladora direta da Companhia, que é a Porto Seguro S.A., disponibiliza ao público suas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil.

2.5 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES AINDA NÃO ADOTADAS

Novas normas ou alterações de normas e interpretações para exercícios futuros serão aplicáveis quando aprovadas pela SUSEP e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

CPC 50 (IFRS 17) - CONTRATOS DE SEGUROS

Estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. Esta norma entrou em vigor para períodos anuais em 1º de janeiro de 2023, porém ainda não foi referendada pela SUSEP.

CPC 51 (IFRS 18) - APRESENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO EM DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Substitui a IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras. A IFRS 18 introduz novos subtópicos e três categorias para receitas e despesas (operacionais, de investimento e de financiamento) na estrutura da demonstração de resultados. Também requer que as empresas divulguem explicações sobre as medidas de desempenho definidas pela administração relacionadas à demonstração de resultados. Estas alterações são efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027. Os possíveis impactos estão sendo avaliados e, se aplicável, serão apresentados na demonstração financeira relativa ao período de 2027.

LEI COMPLEMENTAR Nº 214/2025

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214, resultante da conversão do PLP nº 68/2024. Esta lei é parte da regulamentação da Emenda Constitucional nº 132, que estabelece a Reforma Tributária sobre o Consumo. Ela institui o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e o Imposto Seletivo (IS), marcando um passo importante na Reforma Tributária do consumo.

Para atendimento o Grupo Porto instituiu o Grupo de Trabalho Multidisciplinar, com reporte direto à Diretoria Executiva, para gerir a transição tributária entre 2026 e 2033. O foco central é assegurar a conformidade regulatória e a eficiência fiscal da operação. A fase inicial de mapeamento de processos em todas as verticais de atuação já foi finalizada.

A definição da estratégia futura depende da clarificação de três pilares:

- Aliquotas: Definição das taxas de referência pelo Senado e entes federativos;
- Regulação Setorial: Instruções específicas do órgão regulador a qual essa entidade se reporta; e
- Operacionalização: Normas da Receita Federal.

A Administração manterá o monitoramento contínuo das publicações do Comitê Gestor do IBS e da Secretaria da Receita Federal para atualizar projeções e ajustar o planejamento estratégico conforme as lacunas regulatórias forem preenchidas.

2.6 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES ADOTADAS

Lei 15.040/2024 - LEI DO CONTRATO DE SEGUROS

Conhecida como o Marco Legal dos Seguros, a Lei dispõe sobre normas de seguros privados, foi sancionada em 9 de dezembro de 2024 com vigência a partir de dezembro de 2025. Esta legislação institui o marco regulatório autônomo para o contrato de seguro no Brasil, visando aumentar a transparência, a segurança jurídica e a proteção aos interesses de segurados e beneficiários.

Os principais pilares da nova legislação incluem:

Regimes de Prazos Rígidos: Estabelecimento do prazo de 30 dias para que as seguradoras se manifestem sobre a cobertura após a entrega da documentação, sob pena de aceitação tácita ou sanções.

Transparência e Dever de Informação: Reforço do dever de clareza nas cláusulas restritivas de direitos, que devem ser redigidas de forma destacada, e a necessidade de fundamentação técnica e definitiva para negativas de cobertura.

Gestão de Sinistros: Limitação da interrupção do prazo de regulação para solicitação de documentos complementares, visando dar maior agilidade ao fluxo de caixa de indenizações.

Governança e Conformidade: Adequação dos processos internos de subscrição e regulação para mitigar riscos de responsabilidade civil e administrativa perante a SUSEP. Não foram identificados impactos ou mudanças quantitativas relevantes que afetassem diretamente os números apresentados nas demonstrações financeiras.

2.7 SEGREGAÇÃO ENTRE CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

A Companhia revisa os valores registrados no ativo e passivo circulante, quando da elaboração das demonstrações financeiras, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cuja expectativa de realização ultrapassar o prazo de doze meses subsequentes à respectiva data base.

Os títulos e valores mobiliários classificados como "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento, exceto pelo montante de aplicações bloqueadas judicialmente, que são classificados no ativo não circulante.

Ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados como não circulantes. Para os itens patrimoniais sem vencimento definido, foram considerados os valores administrativos e sem classificação, no ativo ou passivo circulantes, e os valores judiciais no ativo ou passivo não circulantes. As provisões atuariais, bem como a provisão de prêmios não ganhos e os custos de aquisição diferidos, são segregadas entre circulante e não circulante, nos termos do artigo 113 da Circular SUSEP nº 648/2021 e alterações posteriores, com base na expectativa de desenvolvimento e consumo de cada uma das provisões, baseada na vigência dos prêmios e nos fluxos de caixa estimados no Teste de Adequação de Passivos - TAP.

Os salvados são segregados entre circulante e não circulante com base no comportamento de realização/ativação de salvados após o pagamento de sinistro.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os exercícios comparativos apresentados. Não houve alterações relevantes nas políticas contábeis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.1 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.2 ATIVOS FINANCEIROS

(a) MENSURAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias:

(i) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DO RESULTADO

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem.

(ii) MENSURADOS A VALOR JUSTO POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES

São classificados nesta categoria os ativos financeiros que são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros, quanto para a venda. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes/Ajustes de avaliação patrimonial", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment").

(iii) MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO

Utilizado quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamento de principal e juros. Incluem-se nesta

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205–005 – 01204–001 – São Paulo – SP



➔ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

categoria os recebíveis (títulos e valores mobiliários, prêmios a receber de segurados, operações de crédito, títulos e créditos a receber e recebíveis de prestação de serviços) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por “impairment” a cada data de balanço.

(b) DETERMINAÇÃO DE VALOR JUSTO DE ATIVOS FINANCEIROS

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como “Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado” e “Instrumentos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes” baseia-se na seguinte hierarquia:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo.

O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos.

Não houve alteração nas classificações dos níveis de ativos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

3.3 ANÁLISE DE RECUPERAÇÃO DE ATIVOS (“IMPAIRMENT”)

3.3.1 EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS (CLIENTES)

A Administração revisa constantemente o valor recuperável de um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado), com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças que possam indicar deterioração ou perda do valor recuperável. Para a análise de “impairment”, a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco).

A metodologia utilizada considera a existência de evidência objetiva de “impairment” para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, “ratings” internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados (“write-off”) quando não há mais expectativa para recuperação do ativo, conforme regras da SUSEP.

3.3.2 TÍTULOS DISPONÍVEIS PARA A VENDA

A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado.

3.4 ATIVOS NÃO FINANCEIROS

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados, são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no montante pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do “impairment” os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido “impairment” são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do “impairment”.

3.5 ATIVOS DE RESSEGURO

Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por “impairment”, quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 3.3). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores.

3.6 BENS À VENDA - SALVADOS

A Companhia detém bens salvados, originados dos ramos de automóveis. Alguns que não estão disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP.

3.7 DIREITOS A SALVADOS E A RESSARCIMENTOS - ESTIMADOS

Após a liquidação de um sinistro e consequente aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a Companhia registra esse ativo de forma segregada dos salvados e ressarcimentos não estimados. Esse ativo estimado é calculado através de técnicas estatísticas e atuariais, com base no desenvolvimento histórico de liquidação de sinistros.

3.8 ATIVOS DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país. Esses ativos são mensurados pelo fluxo de caixa dos passivos de arrendamento, descontado a valor presente. Também são adicionados (quando existir) custos incrementais que são necessários na obtenção de um novo contrato de arrendamento que de outra forma não teriam sido incorridos. No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de remensuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos, as taxas estão divulgadas na nota nº 12.3.

3.9 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13. Os custos administrativos diretamente relacionados à obtenção de novos contratos de seguros, tais como custo com aceitação de riscos e emissão de apólice, também são diferidos com o mesmo critério. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos.

3.10 IMOBILIZADO

O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso.

Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 16.

3.11 INTANGÍVEL

(a) “SOFTWARES”

Os gastos com aquisição e implantação de “softwares” e sistemas são reconhecidos como ativos quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de “softwares” são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas.

A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 17.

3.12 CONTRATOS DE SEGUROS - CLASSIFICAÇÃO

A Companhia opera com uma gama de contratos de seguros que contemplam a transferência de riscos significativos (de seguros e/ou financeiros). Caracteriza-se o risco de seguro como significativo quando a ocorrência de um evento incerto com substância comercial pode acarretar o pagamento de benefícios relevantes aos segurados, impactando o fluxo de caixa da operação. Os contratos de resseguro também são classificados seguindo esses mesmos princípios de transferência de risco de seguro.

Os contratos de assistência a segurados como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato.

3.13 PASSIVOS DE CONTRATOS DE SEGUROS

3.13.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ORIGINADOS DE CONTRATOS DE SEGURO

Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 - Contratos de seguro para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de “Shadow Accounting” (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda.

As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais - NTAs e estão descritos resumidamente a seguir:

(a) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada “pro rata” dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, e tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo.

(b) A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas, e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão.

(c) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de coseguro. Essa provisão é ajustada pela Provisão de Sinistros Ocorridos, mas não Suficientemente Avisados (IBNeR), com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de “run-off”, com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas.

(d) A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de “run-off”, com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas.

Dezembro de 2025

Grupo de Contratos

	Riscos			Vida	Respon-	Vida			
	Automóvel	Financeiros	Patrimonial	Individual	sabilidades	Coletivo	Transportes	Rural	PCC Final
Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados	1.525.631	529.542	481.106	136.472	37.770	14.110	4.530	11.588	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	10.034	21.437	–	–

Dezembro de 2024

Grupo de Contratos

Prêmios e Contribuições de PPNG - Registrados.....	1.120.287	451.606	373.841	155.112	47.889	7.558	4.141	9.463	–
Prêmios e Contribuições de PPNG - Não Registrados	–	–	–	–	–	19.708	23.477	–	–

3.14 BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo: são reconhecidos pelo valor esperado a ser pago e reconhecidos como despesas à medida que o serviço respectivo é prestado. Os benefícios de curto prazo, tais como planos de saúde, planos de saúde odontológicos, cartão farmácia, vale-transporte, vale-refeição, vale-alimentação, auxílio creche e/ou babá, bolsa de estudos, seguro de vida e estacionamento na matriz, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida em que são incorridos.

Obrigações com aposentadorias: a Companhia patrocina os planos administrados pela entidade PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, sendo o Plano PORTOPREV da modalidade CV (Contribuição Variável) fechado para novas adesões, e o Plano PORTOPREV II na modalidade CD (Contribuição Definida), aberto para novas adesões.

Benefícios pós-emprego: também são oferecidos benefícios pós-emprego de planos de saúde, calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários, conforme o período de prestação de serviços.

O passivo para as obrigações com aposentadorias e benefícios pós-emprego são calculados por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido.

3.15 PROVISÕES JUDICIAIS, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E DEPÓSITOS JUDICIAIS

As provisões referem-se à parcela deduzida da Corporação e destinada a um fundo que visa assegurar o pagamento de eventuais obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. Os riscos de demandas são avaliados de forma individualizada pelos analistas da Companhia e as provisões são mensuradas por meio de estimativa considerando a análise de comportamento do histórico de demandas anteriores já finalizadas.

A metodologia de contabilização das provisões segue os princípios estabelecidos no CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Todos os valores são atualizados mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de “obrigação legal” aplicada a tributos fiscais e previdenciários, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante.

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, uma vez que pode tratar-se de resultado que nunca venha a ser realizado. No entanto, se for praticamente certo o ganho desse ativo, ele deixa de ser um ativo contingente e é reconhecido contabilmente. Se for provável que esse ativo contingente gere benefícios econômicos futuros, este é divulgado em nota explicativa.

3.16 PASSIVOS DE ARRENDAMENTO

Referem-se aos passivos de arrendamento que são reconhecidos em contrapartida com os ativos de direito de uso, mensurado pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, descontado por uma taxa incremental de financiamento, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

3.17 RECONHECIMENTO DE RECEITAS

3.17.1 PRÊMIO DE SEGURO E RESSEGURO

As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 3.13.1(a)).

As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional).

3.17.2 RECEITA DE JUROS

As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de juros. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento.

(e) A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios.

As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações.

3.13.2 TESTE DE ADEQUAÇÃO DE PASSIVOS (TAP)

A Companhia elabora o Teste de Adequação de Passivos em cada data de balanço, para todos os contratos de seguro vigentes, de acordo com os critérios do CPC 11 - Contratos de Seguro e da SUSEP. São estimados os valores esperados dos fluxos de caixa futuros relacionados ao cumprimento desses contratos, os quais são comparados com valor contábil de todos os passivos relacionados, deduzidos dos custos de aquisição diferidos.

O teste considera a projeção de sinistralidade (sinistros ocorridos e a ocorrer), resseguro, despesas incrementais e de liquidação, bem como receitas de salvados e ressarcimentos, e prêmios de risco decorrido, quando aplicáveis. Os fluxos são apurados através de premissas realistas, baseadas na experiência da Companhia, que buscam refletir a melhor estimativa das obrigações futuras geradas pelos contratos vigentes.

Os contratos de seguro são agrupados por grupos de contratos de acordo com a política contábil da Companhia, e conforme o previsto na Circular SUSEP nº 678/2022. Neste contexto, as modelagens e divulgações pertinentes serão realizadas considerando os grupos de ramo SUSEP, devido ao volume das informações e agrupamento dos riscos similares, visando a consistência e credibilidade estatística e projeção dos fluxos.

Para os passivos judiciais, quando aplicáveis, são estimados índices de atualização monetária até a liquidação esperada das obrigações. Para os contratos de seguros vigentes, não são aplicáveis obrigações adicionais referentes à taxa de juros dos ativos. As estimativas não consideram premissas adicionais de tábuas biométricas.

Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente através da estrutura a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaborada pela SUSEP, de acordo com a metodologia vigente. Na presente data-base, a estimativa de sinistralidade bruta de resseguro apurada no TAP foi de 50,2% e a sinistralidade líquida de resseguro foi de 50%.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros ocorridos, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foi comparado à soma das provisões técnicas de sinistros ocorridos - PSL, PDR, IBNR e IBNeR.

O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos sinistros a ocorrer referentes a apólices vigentes, incluindo despesas relacionadas, salvados e ressarcimentos, foram comparados à soma das provisões técnicas de prêmios - PPNG e PPNG-RVNE. O valor presente esperado do fluxo de caixa relativo aos riscos decorridos, que consideram os prêmios ganhos e os sinistros a ocorrer referentes às obrigações não registradas dos contratos de seguro vigentes, incluindo despesas relacionadas, são avaliados através da comparação dos valores estimados de receitas e despesas para os produtos aplicáveis.

Eventuais insuficiências apuradas no TAP são registradas imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo a Provisão Complementar de Cobertura (PCC).

O resultado do TAP não apresentou insuficiência para grupos analisados e, portanto, não foram reconhecidas despesas ou provisões adicionais nesta data-base.

Riscos		Vida Responsabilidades			Vida Coletivo Transportes		Rural	PCC Final
Prêmios	Patrimonial	Individual						
1.525.631	481.106	136.472		37.770	14.110	4.530	11.588	–
–	–	–	–	–	10.034	21.437	–	–

Riscos		Vida Responsabilidades			Vida Coletivo Transportes		Rural	PCC Final
Prêmios	Patrimonial	Individual						
1.120.287	373.841	155.112		47.889	7.558	4.141	9.463	–
–	–	–	–	–	19.708	23.477	–	–

3.18 DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre capital próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido no resultado do exercício. A taxa utilizada em seu cálculo é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

3.19 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 mil por ano. A provisão para contribuição social é calculada à alíquota vigente de 15%.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3.20 PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS

A Companhia possui programa próprio para o cálculo da participação nos lucros. Os valores são reconhecidos no resultado com base nos critérios estabelecidos na política interna e são revisitados anualmente.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação:

- (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros;
- (ii) da realização dos tributos diferidos;
- (iii) das provisões e contingências para processos administrativos e judiciais;
- (iv) perdas esperadas associadas ao risco de crédito; e
- (v) das provisões técnicas.

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças relevantes de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

4.1 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS DE SEGUROS

O componente em que a Administração mais exerce o julgamento é utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido.

Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia.

4.2 CÁLCULO DE VALOR JUSTO E “IMPAIRMENT” DE ATIVOS FINANCEIROS

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

Aplicam-se regras de análise de “impairment” para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para “impairment”, conforme descrito na nota explicativa nº 3.3.

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.3 AVALIAÇÃO DAS PROVISÕES DE PROCESSOS JUDICIAIS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico.

4.4 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Tributos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

5. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, o Grupo Porto está naturalmente exposto a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, há necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, os quais são altamente estratégicos para o Grupo.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, o Grupo Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, o Grupo Porto dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades, os quais são formalizados em políticas específicas. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem do Grupo Porto para se defender de potenciais riscos que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação são compostos por três linhas:

- Unidades operacionais;
- Funções de controle; e
- Auditoria interna.

Adicionalmente, dados os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, as empresas reguladas pela SUSEP do Grupo Porto possuem o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo revisar e aprovar e monitorar o Apetite ao Risco , e propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de riscos.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreende as seguintes categorias, assim como os detalhes quanto às devidas exposições:

5.1 RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros, empréstimos e financiamentos. Este risco é composto por:

(a) Portfólio de Investimentos: para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "B" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações, realizado pelo Comitê de Crédito.

Em 31 de dezembro de 2025, 98,4% (95,2% em 31 de dezembro de 2024) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AAA" e "AA" de créditos privados.

Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada "impaired".

(b) Inadimplência nos prêmios a receber: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de seguro da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo.

(c) Cessão de resseguro: para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco, de forma a minimizar o potencial de perdas decorrentes da inadimplência dos contratos de cessão de risco.

Destaca-se que a contratação de resseguro leva em consideração as necessidades dos produtos quanto a cessão de risco, estratégia corporativa de negócios e retenção de riscos do Grupo Porto estando sempre em conformidade com as regras estabelecidas pelas autoridades reguladoras/fiscalizadoras do Brasil.

A tabela a seguir demonstra os prêmios cedidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco "Standard & Poor's":

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Local	brAAA	719	2.470
	A-	3.612	6.056
	AA	6.145	7.409
	A+	8.053	8.641
	AA-	6.559	3.553
Admitida	AA+	811	1.132
	AA-	682	34
	AA-	4.656	3.035
Eventual.....	A+	412	–
	AA-	4	–
Total de recebíveis de resseguro		31.653	32.330

5.2 RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como a eventual não capacidade do cumprimento eficiente das suas obrigações financeiras, esperadas ou não, no momento em que forem devidas, seja pela escassez de ativos ou pela impossibilidade de realização tempestiva dos seus ativos. Neste sentido, a Companhia possui controles robustos com o objetivo de manutenção de seus níveis de liquidez em patamares adequados.

Para isto, são definidos limites de caixa mínimo, assim como colchão de ativos garantidores, com base nas projeções dos fluxos de caixa de cada negócio/companhia. Como forma de complementar tais limites, são realizadas simulações de cenários (teste de estresses), assim como definição em política de plano de contingência de liquidez. Além do monitoramento diário do caixa de cada companhia, mensalmente é realizado Comitê de Capital e Liquidez, o qual possui a responsabilidade da manutenção da liquidez em prol dos objetivos estratégicos do Grupo Porto, em linha com os critérios e definições estabelecidos em política.

A tabela a seguir apresenta o fluxo de ativos e passivos da Companhia (i):

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento.....	580.629	–
Fluxo de 1 a 30 dias	2.225.557	850.318
Fluxo de 2 a 6 meses	5.639.163	4.704.662
Fluxo de 7 a 12 meses	2.755.981	3.084.441
Fluxo acima de 1 ano	5.570.763	1.922.749
Total	16.772.093	10.562.170

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes.

(ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras.

(iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros.

5.3 RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devidas a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Inflação (IPCA/IGPM)	62,2%	54,2%
Prefixados.....	34,6%	34,5%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	2,9%	7,5%
Ações.....	–	0,4%
Outros.....	0,3%	3,3%
Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se o teste de estresse da carteira de investimentos, considerando cenários históricos e de condições hipotéticas de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão de investimentos, identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia assim como mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido.		
Adicionalmente ao teste de estresse, são realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e "duration", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio.		
Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2025.		
Fator de risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
Juros pré-fixado	+ 50 b.p.	(97.893)
	+ 25 b.p.	(50.499)
	+ 10 b.p.	(20.572)
	- 10 b.p.	20.572
	- 25 b.p.	50.499
	- 50 b.p.	97.893
Índices de preço	- 50 b.p.	(456.084)
	+ 25 b.p.	(247.170)
	+ 10 b.p.	(104.243)
	- 10 b.p.	104.243
	- 25 b.p.	247.170
	- 50 b.p.	456.084
Juros pós-fixados	+ 50 b.p.	(1.985)
	+ 25 b.p.	(1.654)
	+ 10 b.p.	(1.324)
	- 10 b.p.	1.324
	- 25 b.p.	1.654
	- 50 b.p.	1.985

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3.

(ii) Bruto de efeitos tributários.

Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivativos utilizados como "hedge" das operações.

5.4 RISCO DE SEGURO/SUBSCRIÇÃO

O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento.

As exposições a concentrações de riscos são monitoradas analisando as concentrações em determinadas áreas geográficas. O quadro abaixo mostra a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento baseado no prêmio emitido bruto e líquido de resseguro:

Dezembro de 2025											
Bruto de Resseguro (*)											
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total
Sudeste	11.187.940	71,6 %	2.447.842	77,5 %	660.406	69,8 %	907.245	78,3 %	1.121.691	81,6 %	16.325.124
Sul	1.924.663	12,3 %	412.599	13,1 %	149.696	15,8 %	194.209	16,8 %	133.974	9,7 %	2.815.141
Nordeste	1.337.017	8,6 %	137.151	4,3 %	61.512	6,5 %	19.439	1,7 %	44.945	3,3 %	1.600.064
Centro Oeste	945.269	6,1 %	119.485	3,8 %	55.606	5,9 %	36.855	3,2 %	53.220	3,9 %	1.210.435
Norte	222.665	1,4 %	40.104	1,3 %	19.131	2,0 %	836	0,1 %	21.278	1,5 %	304.014
Total Geral	15.617.554	100,0 %	3.157.181	100,0 %	946.351	100,0 %	1.158.584	100,0 %	1.375.108	100,0 %	22.254.778

(*) Não incluem os valores de RVNEs e cosseguros aceitos/cedidos nos montantes líquidos de R\$ (10.644) (R\$ (39.198) em 31 de dezembro de 2024).

Dezembro de 2025											
Líquido de Resseguro											
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total
Sudeste	11.163.664	71,7 %	2.425.884	77,6 %	643.484	69,7 %	905.512	78,4 %	1.050.026	81,6 %	16.188.570
Sul	1.912.641	12,3 %	405.714	13,0 %	146.912	15,9 %	193.785	16,8 %	124.576	9,7 %	2.783.628
Nordeste	1.332.869	8,6 %	135.359	4,3 %	59.869	6,5 %	18.864	1,6 %	42.432	3,3 %	1.589.393
Centro Oeste	940.782	6,0 %	117.789	3,8 %	54.163	5,9 %	36.766	3,2 %	49.665	3,9 %	1.199.165
Norte	221.730	1,4 %	39.475	1,3 %	18.643	2,0 %	795	0,1 %	20.650	1,6 %	301.293
Total Geral	15.571.686	100,0 %	3.124.221	100,0 %	923.071	100,0 %	1.155.722	100,0 %	1.287.349	100,0 %	22.062.049

Dezembro de 2024											
Bruto de Resseguro (*)											
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total
Sudeste	7.975.574	72,3 %	2.117.444	77,4 %	625.350	70,6 %	855.991	80,6 %	1.017.256	79,5 %	12.591.615
Sul	1.363.134	12,4 %	359.293	13,1 %	135.359	15,3 %	156.105	14,7 %	140.102	11,0 %	2.153.993
Nordeste	796.383	7,2 %	117.958	4,3 %	57.250	6,5 %	17.109	1,6 %	47.045	3,7 %	1.035.745
Centro Oeste	711.209	6,5 %	107.432	3,9 %	49.896	5,6 %	31.394	3,0 %	54.648	4,3 %	954.579
Norte	177.828	1,6 %	34.828	1,3 %	18.315	2,1 %	1.364	0,1 %	19.872	1,6 %	252.207
Total Geral	11.024.128	100,0 %	2.736.955	100,0 %	886.170	100,0 %	1.061.963	100,0 %	1.278.923	100,0 %	16.988.139

Dezembro de 2024											
Líquido de Resseguro											
Região	Automóvel	%	Residencial	%	Vida	%	Riscos Financeiros	%	Demais	%	Total
Sudeste	7.969.100	72,5 %	2.096.728	77,5 %	608.044	70,5 %	853.801	80,6 %	948.859	79,4 %	12.476.532
Sul	1.351.780	12,3 %	352.274	13,0 %	132.568	15,4 %	155.593	14,7 %	130.546	10,9 %	2.122.761
Nordeste	792.479	7,2 %	116.205	4,3 %	55.487	6,4 %	16.962	1,6 %	44.713	3,7 %	1.025.846
Centro Oeste	707.331	6,4 %	105.781	3,9 %	48.374	5,6 %	31.276	3,0 %	51.811	4,3 %	944.573
Norte	176.805	1,6 %	34.206	1,3 %	17.797	2,1 %	1.308	0,1 %	19.217	1,6 %	249.333
Total Geral	10.997.495	100,0 %	2.705.194	100,0 %	862.270	100,0 %	1.058.940	100,0 %	1.195.146	100,0 %	16.819.045

5.4.1 AUTOMÓVEIS

A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro", "Azul" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(827.430)	(562.253)
Sinistros - aumento de 50,0%	(569.973)	(353.298)

5.4.2 DANOS (EXCETO AUTOMÓVEL) E RISCOS FINANCEIROS

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados e análise de crédito dos segurados, por meio de modelos estatísticos e dados de mercado.

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	136.502	70.615
Sinistros - aumento de 50,0%	557.529	415.719

5.4.3 VIDA

Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de anti-seleção em que o Grupo Porto segurado é diferente do Grupo Porto da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento.

Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios.

A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Premissas atuariais		
Despesas administrativas - aumento de 30,0 p.p.	(16.848)	4.178
Sinistros - aumento de 50,0%	47.788	76.670

A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes contas de risco:

(a) Risco de prêmio: gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, senão as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens de produto.

(b) Risco de provisão: gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 3.13.2).

(c) Risco de retenção: gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos.

(d) Risco de práticas de sinistros: gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros.

Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Superintendência Atuarial para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos.

As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem:

- Utilização, como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de r

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205–005 – 01204–001 – São Paulo – SP



➔ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. GESTÃO DE CAPITAL

A estratégia na gestão de capital consiste em alocar o capital de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e acionista, por meio da otimização do nível e fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo, incluindo em situações adversas, de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano para as empresas seguradoras fundamentado em premissas de crescimento de negócios, fontes de capital, o ambiente regulatório e de negócios, metas de crescimento, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. Adicionalmente, são realizadas projeções com base em cenários históricos ou situações que possam afetar significativamente o resultado do Grupo Porto, por meio de aplicação de testes de estresse e avaliação de seus impactos nos índices de capital.

Neste sentido, o Grupo Porto possui uma estrutura dedicada que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. O gerenciamento de capital é suportado por política específica de abrangência corporativa, a qual define princípios e diretrizes, metodologia, limites internos de suficiência, relatórios e periodicidade mínima de monitoramento, planos de contingência de capital e papéis e responsabilidade.

O gerenciamento de capital é realizado pela Vice-Presidência Financeira, Controladoria e Investimentos, sendo monitorada de forma independente, quanto ao cumprimento dos requerimentos regulatórios e da política interna pela área de Gestão de Riscos Corporativos.

A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas abaixo:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Patrimônio líquido	6.985.626	6.756.552
(+/-) Ajustes contábeis	(4.341.511)	(4.638.739)
Participações societárias	(2.295.750)	(2.576.083)
Despesas antecipadas	(181.568)	(104.497)
Créditos tributários que excederem 15% do CMR	(146.814)	(329.483)
Ativos intangíveis	(1.649.329)	(1.571.945)
DAC não diretamente relacionados à PPNG	(68.050)	(56.731)
(+/-) Ajustes associados à variação dos valores econômicos	(34.464)	(70.406)
Valor de mercado - ativos mantidos até o vencimento	(34.464)	(70.406)
(+/-) Ajustes do PLA nível 1	(559.080)	(437.579)
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (-)	(547.411)	(425.698)
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (-) ..	(11.669)	(11.881)
PLA de nível 1	2.050.571	1.609.828
Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/cont. registradas	1.638.147	1.297.102
PLA de nível 2	1.638.147	1.297.102
Créditos tributários de diferenças temporárias, limitado a 15% do CMR (+)	547.411	425.698
Imóveis urbanos, limitado a 14% do ativo total ajustado (+) ..	11.669	11.881
PLA de nível 3	559.080	437.579
Excesso de Nível 2 (-)	(360.854)	(303.808)
Excesso de Nível 3 (-)	(11.669)	(11.881)
Excesso de níveis 2 e 3	(372.523)	(315.689)
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	3.875.275	3.028.820
Capital base (I)	15.000	15.000
Capital de risco (II)	3.649.410	2.837.984
Capital de risco de subscrição	3.372.570	2.587.188
Capital de risco de mercado	211.153	209.226
Capital de risco de crédito	161.521	166.555
Capital de risco operacional	133.338	102.287
Benefício da correlação entre riscos	(229.172)	(227.270)
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	3.649.410	2.837.984
Suficiência de capital	225.865	190.836

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	412.856	317.176
Depósitos bancários	74.380	95.613
	487.236	412.789

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas, principalmente, em Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) e Letras do Tesouro Nacional (LTNs).

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

8.1. APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO VALOR JUSTO:

8.1.1 POR MEIO DO RESULTADO (VJR)

	Dezembro de 2025			Dezembro de 2024		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Fundos abertos						
Cotas de fundos de investimentos	38.939	–	38.939	1.557	–	1.557
Outros	2.685	–	2.685	2.349	–	2.349
	41.624	–	41.624	3.906	–	3.906
Fundos exclusivos						
LFTs	115.430	–	115.430	357.395	–	357.395
Cotas de fundos de investimentos	53.804	–	53.804	212.171	–	212.171
LTNs	–	–	–	77.589	–	77.589
Ações de companhias abertas ...	–	–	–	23.522	–	23.522
Letras Financeiras - privadas	–	611	611	–	5.329	5.329
Outros	–	1.189	1.189	–	48.594	48.594
	169.234	1.800	171.034	670.677	53.923	724.600
Total	210.858	1.800	212.658	674.583	53.923	728.506
Circulante			209.973			726.157
Não circulante			2.685			2.349
% das aplicações classificadas nesta categoria:			3%			15%

8.1.2 POR MEIO DE OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES (VJORA)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Nível 1	Nível 1
Carteira própria (*)		
NTNs - B	1.111.396	1.076.218
Debêntures	82.827	–
Total	1.194.223	1.076.218
Não circulante	1.194.223	1.076.218
% das aplicações classificadas nesta categoria:	20%	23%

(*) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 1.534.703 (R\$ 1.451.898 em 31 de dezembro de 2024).

8.2 APLICAÇÕES FINANCEIRAS MENSURADAS AO CUSTO AMORTIZADO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fundos exclusivos		
NTNs - B	2.604.181	1.469.687
LTNs	1.891.231	1.424.606
Debêntures	22	–
Total	4.495.434	2.894.293
Circulante	1.111.599	–
Não circulante	3.383.835	2.894.293
% das aplicações classificadas nesta categoria:	77%	62%

(*) O valor de mercado dos papéis em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 4.437.995 (R\$ 2.776.950 em 31 de dezembro de 2024).

8.3 APLICAÇÕES FINANCEIRAS - MOVIMENTAÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	5.016.193	5.107.499
Aplicações	11.568.147	5.042.844
Resgates	(10.931.545)	(5.327.264)
Rendimentos	627.176	381.901
Ajuste a valor de mercado	35.200	(188.787)
Saldo final	6.315.171	5.016.193

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui as aplicações financeiras mensuradas a valor justo por meio do resultado e por meio de outros resultados abrangentes, as aplicações financeiras mensuradas ao custo amortizado, e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

8.4 ÍNDICE DE LIQUEZ CORRENTE

Apesar da Companhia possuir saldo de aplicações financeiras classificado no longo prazo, de acordo com o vencimento final dos títulos, o Índice de Liquidez Corrente leva em consideração esses títulos devidos sua liquidez imediata, conforme características do fundo, sendo exclusivo para cobertura de reserva técnica, composto em sua totalidade, por títulos públicos nacionais, sem carência ou qualquer outro tipo de penalidade em resgate/liquidação antecipada. A tabela a seguir apresenta o índice de liquidez corrente da Companhia:

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS

9.1 PRÊMIOS A RECEBER - POR RAMO

	Prêmios a receber de segurados	Redução valor recuperável
Automóvel.....	6.514.349	(6.059)
Riscos financeiros	1.463.286	(4.541)
Patrimonial.....	1.331.747	(7.555)
Pessoas	667.357	(18.900)
Transportes	48.985	(2.225)
Responsabilidade	44.672	(754)
Rural.....	24.925	(72)
	10.095.321	(40.106)
Circulante		
Não circulante.....		

9.1.1 PRÊMIOS A RECEBER - COMPOSIÇÃO QUANTO AOS VENCIMENTOS

	Prêmios a receber de segurados	Redução valor recuperável
A vencer	9.784.064	(7.474)
Vencidos até 30 dias	205.627	(2.234)
Vencidos 31 a 60 dias	35.439	(1.842)
Vencidos 61 a 90 dias	17.091	(1.610)
Vencidos 91 a 120 dias	11.213	(1.440)
Vencidos 121 a 180 dias	9.451	(3.325)
Vencidos 181 a 365 dias	12.040	(8.095)
Vencidos acima de 365 dias	20.396	(14.086)
	10.095.321	(40.106)

9.1.2 PRÊMIOS A RECEBER - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	7.625.233	6.514.690
(+) Prêmios emitidos	24.682.768	18.931.162
(+) IOF	1.381.859	1.055.280
(+) Adicional de fracionamento	133.388	114.633
(-) Recebimentos	(21.472.901)	(17.142.348)
(-) Prêmios cancelados	(2.278.020)	(1.852.550)
(Constituição)/reversão redução ao valor recuperável ..	(17.112)	4.366
Saldo final	10.055.215	7.625.233

9.1.3 PRÊMIOS A RECEBER - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	(22.994)	(27.360)
Provisões constituídas	(23.132)	(9.752)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	3.814	1.267
Provisões revertidas	2.206	12.851
Saldo final	(40.106)	(22.994)

9.1.4 PRÊMIOS A RECEBER - PRAZO MÉDIO DE PARCELAMENTO

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	1 a 5	30,0%	33,5%
Automóvel	6 a 11	51,1%	51,0%
	12	18,8%	15,5%
	1 a 5	24,4%	27,0%
Ramos Elementares	6 a 11	33,0%	33,6%
	12	42,6%	39,5%
	1 a 5	51,0%	47,7%
Vida	6 a 11	11,5%	11,1%
	12	37,5%	41,2%

9.2 OUTROS CRÉDITOS OPERACIONAIS

Outros créditos operacionais referem-se, principalmente, a valores relacionados ao processamento de sinistros com compensação bancária ocorrido no mês subsequente ao encerramento do período.

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Contas a receber - diversos	104.630	31.460
Direito a ressarcimento - estimados (i)	39.311	37.436
Dividendos e JCP	1.917	2.684
Ressarcimento a receber	4.806	289
	150.664	71.869
Circulante	145.695	71.684
Não circulante	4.969	185

(i) Vide nota explicativa nº 10.1.

10.1 DIREITO A RESSARCIMENTO - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a ressarcimento originados dos ramos de seguro fiança:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	8.866	43,3%	3.668	56,1%
2º mês	5.389	22,6%	2.581	13,7%
3º mês	3.745	10,0%	2.107	7,3%
4º mês	2.922	5,2%	1.846	4,1%
5º mês	2.406	3,4%	1.692	2,4%
6º mês	2.095	1,9%	1.562	1,5%
7º mês	1.846	1,8%	1.526	1,1%
8º mês	1.686	1,2%	1.453	0,7%
9º mês	1.548	0,9%	1.408	0,6%
10º mês	1.410	1,0%	1.342	0,8%
11º mês	1.271	0,7%	1.337	0,8%
12º mês	1.157	0,7%	1.258	0,6%
13º ao 18º mês	1.888	0,5%	6.298	0,6%
19º ao 24º mês	1.268	1,9%	4.501	2,6%
25º ao 30º mês	783	1,3%	2.909	2,3%
Após o 30º mês	1.031	3,7%	1.948	4,8%
	39.311	100,0%	37.436	100,0%
Circulante	34.342		21.780	
Não circulante	4.969		15.656	

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo circulante (*)	19.364.769	14.780.276
Passivo circulante	16.702.536	12.936.844
Índice de liquidez corrente	1,16	1,14

(*) Os fundos bloqueados que estão alocados nos fundos abertos (VJR), foram desconsiderados deste cálculo.

8.5 TAXAS DE JUROS CONTRATADAS

As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.) Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Equivalentes de caixa (*)	14,88	12,13
Fundos exclusivos		
LTN	13,65	14,04
NTNs B - IPCA	6,91	5,74
LFTs (SELIC + Ágio/Deságio)	0,06	0,09
Carteira própria		
NTNs B - IPCA	4,09	4,07
Debêntures - IPCA	8,22	–

(*) Vide nota explicativa nº 7.

10.1.1 MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	37.436	35.822
Constituições	1.875	1.614
Saldo final	39.311	37.436

10.2 OUTROS CRÉDITOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Partes relacionadas (i)	132.774	117.743
Adiantamento para funcionários	73.115	42.486
Outros	4.054	3.331
	209.943	163.560
Circulante	205.984	160.675
Não circulante	3.959	2.885

(i) Vide nota explicativa nº 35.

11. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

	Dez
--	-----

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11.2 CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado após participação nos resultados, e antes do IRPJ e da CSLL (A).....	2.267.741	2.018.496
Alíquota vigente.....	40%	40%
IRPJ e CSLL (a taxa nominal) (B).....	(907.096)	(807.398)
Juros sobre capital próprio.....	242.672	183.814
Equivalência patrimonial.....	93.349	120.439
Inovação tecnológica.....	47.028	56.926
Depósitos judiciais.....	27.386	18.439
Doações/incentivos.....	22.855	33.763
Participação nos lucros - administradores.....	(21.575)	(41.146)
Outros.....	8.917	(16.416)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	420.632	355.819
Total de IRPJ e CSLL (D = B + C).....	(486.464)	(451.579)
Taxa efetiva (D/A).....	21,5%	22,4%

12. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Direito a salvados - estimados (ii)	115.983	104.981
Bens à venda - salvados (i)	112.854	132.661
Ativo de direito de uso (iii)	73.471	81.990
Outros.....	–	1.752
Circulante	115.153	103.913
Não circulante.....	187.155	217.471
(i) Vide nota explicativa nº 12.1.		
(ii) Vide nota explicativa nº 12.2.		
(iii) Vide nota explicativa nº 12.3.		

12.1 BENS À VENDA - SALVADOS

Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Até 30 dias.....	42.930	62.120
De 31 a 60 dias	33.529	32.980
De 61 a 120 dias	15.507	25.265
De 121 a 365 dias	33.897	27.387
Acima de 365 dias.....	27.819	19.309
.....	153.682	167.061
Redução ao valor recuperável.....	(40.828)	(34.400)
.....	112.854	132.661

12.2 DIREITO A SALVADOS - ESTIMADOS

A tabela a seguir apresenta a estimativa de realização dos ativos de direito a salvados originados dos ramos de automóveis:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Expectativa de realização	Efetivas realizações	Expectativa de realização	Efetivas realizações
1º mês	36.361	8,8%	27.138	18,6%
2º mês	21.146	38,8%	14.559	43,1%
3º mês	12.408	20,6%	9.065	17,8%
4º mês	8.531	8,7%	6.947	4,9%
5º mês	6.266	5,2%	5.735	3,2%
6º mês	5.150	2,7%	4.764	2,2%
7º mês	4.268	2,2%	3.983	1,4%
8º mês	3.644	1,6%	3.519	0,9%
9º mês	3.127	1,4%	3.091	0,8%
10º mês	2.746	1,1%	2.711	0,6%
11º mês	2.420	0,9%	2.488	0,8%
12º mês	2.181	0,8%	2.333	0,5%
13º ao 18º mês	3.859	0,7%	9.604	0,4%
19º ao 24º mês	2.128	2,6%	5.655	1,8%
25º ao 30º mês	1.317	1,3%	2.778	0,8%
Após o 30º mês	431	2,8%	611	2,2%
Total	115.983	100,0%	104.981	100%
Circulante	108.247		86.333	
Não circulante.....	7.735		18.648	

12.2.1 DIREITO A SALVADOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	104.981	102.380
Constituições.....	11.002	6.317
Reversões.....	–	(3.716)
Saldo final	115.983	104.981

12.3 ATIVO DE DIREITO DE USO

Referem-se aos imóveis que são locados de terceiros para a condução dos negócios da Companhia em diversas localidades do país.

	Dezembro de 2025				Dezembro de 2024		
Taxas de depreciação (% a.a.)		Depreciação acumulada	Valor líquido		Depreciação acumulada	Valor líquido	
Direito de uso	5,0 a 33,0	166.753	(93.282)	73.471	158.976	(76.986)	81.990

12.3.1 ATIVO DE DIREITO DE USO - MOVIMENTAÇÃO

	Movimentações			
	Saldo em 31	Novos		Saldo em 31
	de dezembro	contratos, baixas e	Despesas de	de dezembro
	de 2024	cancelamentos	depreciação	de 2025
Direito de uso	81.990	7.778	(16.297)	73.471

13. CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Automóvel.....	1.620.632	1.143.599
Patrimonial.....	449.965	396.534
Riscos financeiros	275.165	236.293
Pessoas.....	159.659	158.697
Outros.....	19.059	24.102
.....	2.524.480	1.959.225
Circulante	2.390.601	1.832.152
Não circulante.....	133.879	127.073

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses para a data-base de 31 de dezembro de 2025, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2024.

13.1 CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - MOVIMENTAÇÃO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial.....	1.959.225	1.765.990
Constituição.....	4.453.582	3.404.419
Apropriação para despesa	(3.888.327)	(3.211.184)
Saldo final	2.524.480	1.959.225

14. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (*)	644.860	611.748
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*).....	445.475	424.208
Sinistros.....	31.431	33.389
INSS	2.556	2.368
Outros.....	14.377	47.736
.....	1.138.699	1.119.449

(*) Vide nota explicativa nº 23.1 (a).

15. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Saldo em 31 de dezembro de 2024	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Aumento/redução de capital (iii)	Ajuste TVM controladas	Amortização	Remuneração em ações	Outros (ii)	Saldo em 31 de dezembro de 2025
Porto Vida.....	395.664	31.511	–	28.000	2.753	–	(63)	11.642	469.507
Azul Seguros	1.117.834	144.381	(244.589)	(280.000)	27.820	–	(3.938)	326	761.834
Porto Capitalização	269.288	49.409	(47.650)	–	21.398	–	(31)	–	292.414
Itaú Auto e Residência	72.328	8.072	(1.917)	(20.000)	–	–	(97)	215	58.601
Combinação de negócios (i).....	970.415	–	–	–	–	(12.624)	–	–	957.791
.....	2.825.529	233.373	(294.156)	(272.000)	51.971	(12.624)	(4.129)	12.183	2.540.147

(i) Em 23 de agosto de 2009, a Porto Seguro S.A. celebrou associação com o Itaú Unibanco Holding S.A., visando à unificação de suas operações de seguros residenciais e de automóveis, bem como de acordo operacional para oferta e distribuição, em caráter exclusivo, desses produtos para os clientes do Itaú Unibanco no Brasil e no Uruguai. Em 30 de novembro de 2009, a Itaú Auto e Residência, sociedade que recebeu os ativos e os passivos dessa operação da Itaú Seguros S.A., passou a ser controlada pela Porto Seguro S.A.. Em 2023 a Porto Seguro S.A. transferiu a participação societária para essa Companhia.

(ii) Refere-se às variações das taxas de juros da Provisão Complementar de Cobertura - PCC e Ganhos e Perdas Atuariais de Benefícios Pós Emprego.

(iii) Com relação à Itaú Auto e Residência ocorreu aumento de capital no montante de R\$ 11.500, no qual foi utilizado saldo de reserva legal, transacionando saldos dentro do patrimônio líquido, aumentando capital social e reduzindo reserva legal.

15.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS DAS CONTROLADAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício	Lucro líquido/ (prejuízo) do exercício
Porto Vida.....	6.731.339	6.261.832
Azul Seguros	1.259.972	498.138
Porto Capitalização	2.514.311	2.221.897
Itaú Auto e Residência	209.166	150.565
.....	10.714.788	9.132.432
.....	2.312.248	233.373
.....	301.097	301.097

(i) Considera-se receitas operacionais e financeiras.

15.2 MENSURAÇÃO DE RECUPERAÇÃO DO ÁGIO E ATIVOS INTANGÍVEIS

A Companhia anualmente realiza o teste de recuperabilidade de ativos referente aos saldos relacionados às empresas adquiridas e das marcas, incluindo os ativos intangíveis dessas unidades geradoras de caixa.

16. IMOBILIZADO

	Taxas de depreciação (% a.a.)	Custo	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Edificações (*)	2,4	10.625	(637)	9.988
Benefícios em imóveis de terceiros	5,0 a 33,3	226.900	(92.641)	134.259
Terrenos.....	–	1.682	–	1.682
Informática.....	20,0 a 33,3	656.242	(490.165)	166.077
Móveis, máquinas e utensílios.....	10,0 a 50,0	61.128	(55.905)	5.223
Rastreadores.....	100,0	3.642	(2.279)	1.363
Equipamentos.....	10 a 14,3	30.568	(29.174)	1.394
Veículos.....	20 a 25,0	7.656	(6.797)	859
.....	998.443	(677.598)	320.845	929.593
.....	(623.799)	305.794	305.794	305.794

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

16.1 IMOBILIZADO - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
Edificações	10.200	–	–	(212)	9.988
Benefícios em imóveis de terceiros	127.728	23.185	–	(16.654)	134.259
Terrenos.....	1.682	–	–	–	1.682
Informática.....	158.618	74.562	247	(64.237)	166.077
Móveis, máquinas e utensílios.....	2.278	965	(69)	(2.073)	5.223
Rastreadores.....	1.436	3.221	(106)	(3.188)	1.363
Equipamentos.....	3.202	–	(6)	(793)	1.394
Veículos.....	650	468	(50)	(209)	859
.....	305.794	102.401	16	(87.366)	320.845

17. INTANGÍVEL

	Taxas amortização (% a.a.)	Custo	Amortização acumulada	Saldo líquido
“Software”	6,67 a 25,0	2.787.465	(1.147.477)	1.639.988
Outros intangíveis.....	20	54.755	(45.414)	9.341
.....	2.842.220	(1.192.891)	1.649.329	2.560.624

17.1 INTANGÍVEL - MOVIMENTAÇÃO

	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2024	Aquisições	Baixas/vendas	Despesas de amortização	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2025
“Software”	1.560.780	283.022	(1.412)	(202.402)	1.639.988
Outros intangíveis.....	11.165	–	–	(1.824)	9.341
.....	1.571.945	283.022	(1.412)	(204.226)	1.649.329

18. CONTAS A PAGAR

18.1 OBRIGAÇÕES A PAGAR

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fornecedores	501.964	250.714
Participação nos lucros a pagar (i)	160.956	238.064
Provisão de benefícios a empregados	120.933	100.928
IOF a recolher.....	46.074	39.801
Honorários a pagar.....	4.629	2.522
Outros.....	70.136	51.448
.....	904.692	683.477

Circulante	737.684
Não circulante.....	167.008
.....	904.692

(i) Os pagamentos da PLR são efetuados em fevereiro e abril do ano subsequente.

18.2 IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A RECOLHER

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
IOF.....	576.575	432.780
IRRF	53.416	44.628
INSS e FGTS.....	86.790	53.579
ISS.....	9.667	6.845
Outros.....	7.192	5.531
Total	733.640	543.363

19. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Refere-se a empréstimos contratados para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia. Os instrumentos financeiros utilizados são Cédula de Crédito Bancário (CCB).

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Empréstimos bancários (i).....	189.680	163.473
Passivos de arrendamentos (ii)	–	3.497
.....	189.680	166.970

Circulante	40.407
Não circulante.....	149.273
.....	189.680

(i) Vide nota explicativa nº 19.1.

(ii) Referem-se a passivos de financiamento de equipamentos de informática que não se enquadram no escopo da IFRS 16/CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

19.1 EMPRÉSTIMOS BANCÁRIOS

Valor Principal	Instituição	Emis- são	Venci- mento	Remune- ração (a.a.)	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
120.000 (*).....	ITAU	2024	2027	100% CDI + 1,37%	149.273	128.825
9.000.....	BRABESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	13.858	11.869
8.135.....	BRABESCO	2022	2026	100% CDI + 2,24%	12.593	10.785
8.109.....	ITAU	2022	2026	100% CDI + 1,90%	13.956	11.994
Total	189.680	163.473	166.970	166.970	189.680	189.680

(*) A Companhia recontratou o empréstimo em 2024 com uma taxa de remuneração menor do que a contratação anterior que era de R\$ 2,04% do CDI.

19.2 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivo de arrendamento	Empréstimos bancários	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.497	163.473	166.970
Juros	555	26.207	26.762
Liquidação/reversão	(4.052)	–	(4.052)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	–	189.680	189.680

Os valores recuperáveis de unidades geradoras de caixa (UGCs) foram avaliados pelo método valor em uso, que é calculado com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a uma taxa de desconto antes de impostos que reflete o custo médio ponderado de capital para trazer esses fluxos de caixa ao valor presente líquido. Ao valor presente líquido é aplicada a taxa de perpetuidade utilizada para extrapolar o fluxo de caixa para um período acima de cinco anos.

Os fluxos de caixa derivam de projeções orçamentárias mais recentes aprovados pela Administração e elaborados para um período de cinco anos. As projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, utilização de julgamentos relacionadas à taxa de crescimento da receita e perpetuidade, estimativas de investimentos futuros (“Capex”) e capital de giro.

A tabela abaixo demonstra as principais premissas utilizadas nos cálculos no teste realizado pela Companhia:

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
UGCS				
Itaú Auto e Residência	12,84%	3,63%	12,87%	3,60%
Com base nas análises efetuadas pela Administração, o valor recuperável do ativo é maior do que seu valor contábil, portanto, não foi identificado a necessidade de constituição de perdas por redução ao valor recuperável dos saldos desses ativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2025.				

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205–005 – 01204–001 – São Paulo – SP



➔ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22.1 PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS - MOVIMENTAÇÃO

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2023	11.058.995	190.896
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	16.948.941	141.024
Diferimento pelo risco decorrido	(16.258.663)	(134.618)
Aviso de sinistros	8.360.740	73.172
Pagamento de sinistros/benefícios	(8.286.392)	(111.465)
Atualização monetária e juros	63.484	5.815
Saldo em 31 de dezembro de 2024	11.887.105	164.824
Constituições decorrentes de prêmios/contribuições	22.244.134	153.149
Diferimento pelo risco decorrido	(19.463.950)	(151.248)
Aviso de sinistros	10.422.669	78.489
Pagamento de sinistros/benefícios	(9.817.513)	(87.953)
Atualização monetária e juros	25.205	4.778
Saldo em 31 de dezembro de 2025	15.297.650	162.039

22.2 GARANTIAS DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores dos ativos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Total das provisões técnicas (A)	15.297.650	11.887.105
Direitos creditórios (i)	8.656.415	6.465.603
Custos de aquisição diferidos pagos	1.849.415	1.426.852
Operações com resseguradoras	124.809	131.072
Depósitos judiciais de PSL	7.829	7.596
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.551	1.551
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	10.640.019	8.032.674
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	4.657.631	3.854.431
Títulos de renda fixa - públicos	1.111.395	1.076.218
Quotas de fundos de investimento	4.405.536	3.585.527
Total de ativos oferecidos em garantia (D)	5.516.931	4.661.745
Excedente (D - C)	859.300	807.314

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer.

22.4 PROVISÃO DE SINISTROS A LIQUIDAR - JUDICIAL

A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	487.369	439.992
Novas constituições no exercício	181.444	221.311
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (*)	27.145	58.926
Reavaliação da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	27.620	35.659
Pagamentos no exercício	(145.647)	(141.660)
Baixas da provisão por êxito	(79.761)	(126.859)
Saldo final	498.170	487.369
Quantidade de processos	12.172	10.546

(*) Correção monetária atualizada com o índice do IPCA e juros pela taxa legal.

23. PROVISÕES JUDICIAIS

23.1 PROVÁVEIS

A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de natureza tributária, cível e trabalhista. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. Os saldos estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais (a)	921.758	910.021
Cíveis	49.029	40.925
Trabalhistas	25.700	25.166
	996.487	976.112

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável.

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
PIS (i)	602.126	570.215
Processos com adesão ao REFIS (ii)	302.512	305.120
Outros/Juros Moratórios (iii)	17.120	34.686
	921.758	910.021

(i) PIS

A Companhia possui ação judicial relativa à exigibilidade da contribuição ao PIS, com base na Lei nº 9.718/98, cuja contribuição passou a incidir sobre a receita bruta. Nesta ação, foi apresentada petição de desistência relativa à parcela de prêmio, tendo em vista a decisão definitiva proferida no julgamento do Recurso Extraordinário 400.479. Aguarda-se conversão em renda das parcelas dos depósitos referentes a prêmio, bem como o levantamento das parcelas referentes às receitas financeiras.

(ii) REFIS

A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação da desistência das ações perante o Poder Judiciário, com o respectivo levantamento de valores residuais.

(iii) OUTROS

A Companhia questionava a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre as receitas de juros moratórios. Em novembro de 2025, o depósito foi convertido em renda, tendo em vista o trânsito em julgado desfavorável à Companhia.

23.1.1 PROVISÕES JUDICIAIS PROVÁVEIS - MOVIMENTAÇÃO

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	910.021	25.166	40.925	976.112
Constituições	–	12.930	29.877	42.807
Êxito/reversões/mudança de estimativa (38.000)	–	3.763	(13.552)	(47.789)
Pagamentos	–	(16.573)	(10.494)	(27.067)
Atualização monetária	49.737	414	2.273	52.424
Saldo em 31 de dezembro de 2025	921.758	25.700	49.029	996.487
Quantidade de processos	15	327	1.202	1.544

23.2 POSSÍVEIS

A Companhia é parte em outras ações de natureza tributária, cível e trabalhista que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Fiscais e previdenciárias (a)	1.136.442	930.698
Cíveis	224.563	249.258
Trabalhistas	4.268	3.760
	1.365.273	1.183.716

(a) FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

O risco total estimado dessas ações referem-se principalmente à: (i) discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R\$ 468.013 (R\$ 323.958 de possível impacto no lucro líquido); e (ii) questionamento através de autuação da Receita Federal do Brasil em setembro de 2018 quanto a não inclusão de determinadas receitas financeiras na base de cálculo do PIS e COFINS, com risco total estimado em R\$ 323.404 (R\$ 232.186 de possível impacto no lucro líquido).

24. DÉBITOS DIVERSOS

Refere-se aos passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos de arrendamentos esperados até o fim do contrato, considerando possíveis renovações ou cancelamentos.

	Passivo de arrendamento	Juros a apropriar	Passivo de líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2024	165.379	(37.091)	128.288
Novos contratos	7.779	–	7.779
Apropriação dos juros	–	14.935	14.935
Pagamentos	(28.440)	–	(28.440)
Saldo em 31 de dezembro de 2025	144.718	(22.156)	122.562
Circulante	–	–	15.016
Não circulante	–	–	107.546

25. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social subscrito e integralizado era de R\$ 3.810.299 divididos em 717.468.149 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

As deliberações de aumento de capital realizadas nas Assembleias Gerais Extraordinárias, estão descritas abaixo, e foram aprovadas pela SUSEP conforme as portarias elencadas.

	Capital Social	Quantidade de Ações
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2474 DE 25/03/2025	35.000	3.745.775
PORTARIA CGRAJ/SUSEP Nº 2500 DE 22/04/2025	140.500	15.015.148
Total	175.500	18.760.923

(b) AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros avaliados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 8.1.2).

(c) RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados do exercício no montante de R\$ 1.924 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.963 em 31 de dezembro de 2024). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07.

22.3 COMPORTAMENTO DA PROVISÃO DE SINISTROS

As tabelas a seguir apresentam o comportamento dos sinistros da Companhia (em R\$ milhões), denominadas tábuas de desenvolvimento de sinistros, e demonstram os movimentos a partir dos avisos até os pagamentos, as contas redutoras de salvados e ressarcimento (R\$ 106 milhões), contabilizados no mesmo grupo não são considerados nos valores apresentados:

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Bruto de resseguro Administrativo - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.350	3.900	4.049	4.568	3.860	4.924	6.561	6.197	7.051	9.960
Dois anos mais tarde	3.494	4.060	4.205	4.786	4.167	5.327	7.082	6.713	7.659	–
Três anos mais tarde	3.505	4.075	4.228	4.811	4.176	5.355	7.109	6.757	–	–
Quatro anos mais tarde	3.509	4.081	4.235	4.817	4.205	5.364	7.126	–	–	–
Cinco anos mais tarde	3.512	4.072	4.237	4.794	4.208	5.370	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	3.513	4.073	4.239	4.794	4.213	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	3.514	4.073	4.240	4.797	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	3.514	4.075	4.240	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	3.514	4.076	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	3.514	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	3.514	4.076	4.240	4.797	4.213	5.370	7.126	6.757	7.659	9.960
Bruto de resseguro Administrativo - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	3.009	3.430	3.590	4.055	3.353	4.203	5.745	5.208	6.049	7.811
Dois anos mais tarde	3.485	4.035	4.199	4.748	4.173	5.300	7.020	6.680	7.560	–
Três anos mais tarde	3.504	4.059	4.226	4.782	4.193	5.324	7.081	6.725	–	–
Quatro anos mais tarde	3.508	4.067	4.234	4.789	4.200	5.343	7.115	–	–	–
Cinco anos mais tarde	3.511	4.071	4.236	4.792	4.205	5.359	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	3.513	4.072	4.238	4.793	4.209	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	3.513	4.073	4.239	4.795	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	3.514	4.074	4.239	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	3.514	4.075	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	3.514	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	3.514	4.075	4.239	4.795	4.209	5.359	7.115	6.725	7.560	7.811
Pagamentos	3.514	4.075	4.239	4.795	4.209	5.359	7.115	6.725	7.560	7.811
Passivo em 31 de dezembro de 2025	–	1	1	2	4	11	11	32	99	2.149

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	Dezembro 2025
Bruto de resseguro Judicial - avisados										
Montante de sinistros avisados até a data-base	14	21	16	21	24	38	27	26	29	432
Dois anos mais tarde	35	55	48	55	67	80	64	79	150	–
Três anos mais tarde	59	70	70	83	84	96	82	154	–	–
Quatro anos mais tarde	72	87	82	93	90	111	102	–	–	–
Cinco anos mais tarde	80	87	87	97	99	123	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	88	89	91	105	99	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	90	88	94	101	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	83	88	94	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	82	84	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	81	84	94	101	99	123	102	154	150	432
Bruto de resseguro Judicial - pagos										
Montante de sinistros pagos até a data-base	7	9	10	13	17	27	9	10	15	24
Dois anos mais tarde	18	33	29	39	42	63	45	46	45	–
Três anos mais tarde	34	46	44	51	56	82	67	73	–	–
Quatro anos mais tarde	45	59	53	61	69	99	88	–	–	–
Cinco anos mais tarde	54	65	67	71	85	114	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	61	70	75	83	92	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	68	74	86	96	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	74	79	92	–	–	–	–	–	–	–
Nove anos mais tarde	79	83	–	–	–	–	–	–	–	–
Dez anos mais tarde	81	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Movimentações	81	83	92	96	92	114	88	73	45	24
Pagamentos	81	83	92	96	92	114	88	73	45	24
Passivo em 31 de dezembro de 2025	–	1	2	5	7	9	14	81	105	408

									Dezembro	
Administrativo - avisados	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Montante de sinistros avisados até a data-base	3.281	3.853	4.020	4.529	3.764	4.854	6.514	6.116	7.016	9.870
Dois anos mais tarde	3.422	4.006	4.172	4.742	4.064	5.251	7.029	6.626	7.615	-
Três anos mais tarde	3.433	4.020	4.196	4.766	4.071	5.279	7.055	6.668	-	-
Quatro anos mais tarde	3.437	4.027	4.202	4.771	4.099	5.287	7.072	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.439	4.018	4.204	4.748	4.102	5.293	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.440	4.018	4.206	4.748	4.106	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.439	4.019	4.207	4.750	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.439	4.021	4.207	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.440	4.021	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.440	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Movimentações.....	3.440	4.021	4.207	4.750	4.106	5.293	7.072	6.668	7.615	9.870
										Total 57.042
									Dezembro	
Administrativo - pagos	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Montante de sinistros pagos até a data-base	2.948	3.415	3.568	4.027	3.290	4.141	5.710	5.177	6.023	7.767
Dois anos mais tarde	3.415	3.982	4.168	4.703	4.070	5.227	6.968	6.594	7.520	-
Três anos mais tarde	3.433	4.005	4.193	4.735	4.087	5.249	7.027	6.638	-	-
Quatro anos mais tarde	3.438	4.013	4.201	4.743	4.093	5.267	7.061	-	-	-
Cinco anos mais tarde	3.439	4.017	4.202	4.745	4.099	5.283	-	-	-	-
Seis anos mais tarde	3.440	4.017	4.204	4.747	4.102	-	-	-	-	-
Sete anos mais tarde	3.439	4.018	4.206	4.749	-	-	-	-	-	-
Oito anos mais tarde	3.439	4.020	4.206	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos mais tarde	3.439	4.020	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos mais tarde	3.439	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pagamentos	3.439	4.020	4.206	4.749	4.102	5.283	7.061	6.638	7.520	7.767
										Total 54.785
Passivo em 31 de dezembro de 2025.....	1	1	1	1	4	10	11	30	95	2.103
										2.257

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205-005 – 01204-001 – São Paulo – SP



→ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) RESERVAS DE LUCROS

(i) RESERVA LEGAL

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2025 seu saldo era de R\$ 609.587 (R\$ 520.523 em 31 de dezembro de 2024).

(ii) RESERVAS ESTATUTÁRIAS

A reserva para manutenção de participações societárias tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas e coligadas ou futura distribuição aos acionistas.

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, seu saldo era de R\$ 2.611.319 (R\$ 2.551.363 em 31 de dezembro de 2024).

(iii) OUTRAS RESERVAS

Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R\$ 10.133 em 2014 e R\$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa.

(e) DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de juros sobre capital próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Em 2025, a Administração da Companhia aprovou, em reuniões da Diretoria, a distribuição de dividendos com base nas reservas de lucros. Todos os valores foram integralmente pagos na data de suas respectivas aprovações.

No período também foram aprovados e pagos JCP, conforme detalhamento abaixo:

Dividendos (reservas de lucros 2024)	Valor Aprovado
27 de fevereiro de 2025	159.000
28 de março de 2025	54.000
29 de abril de 2025	23.000
30 de junho de 2025	48.000
31 de julho de 2025	37.000
29 de agosto de 2025	119.000
30 de setembro de 2025	312.000
31 de outubro de 2025	47.500
28 de novembro de 2025	128.000
Total	927.500
Dividendos (destinação lucro 2025)	Valor Aprovado
29 de dezembro de 2025	100.000
Total	100.000
JCP (destinação lucro 2025)	Valor Aprovado
28 de março de 2025	129.420
27 de junho de 2025	153.664
30 de setembro de 2025	167.139
29 de dezembro de 2025	156.458
Total	606.681

Os dividendos mínimos obrigatórios foram calculados como segue:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Lucro líquido do exercício	1.781.277	1.566.917
(-) Reserva legal - 5%	(89.064)	(78.346)
Realização da reserva de reavaliação	1.924	2.963
Resultado básico para determinação do dividendo	1.694.137	1.491.534
Dividendos mínimos obrigatórios - 25%	423.534	372.884
JCP distribuído - Líquido (*) (a)	515.679	390.605
Dividendos distribuídos (b)	100.000	100.000
Total de dividendos e JCP distribuídos (a + b)	615.679	490.605
Total por ação (R\$)	0,8581	0,7016
Quantidade de ações	717.468	699.236

(*) Os valores de JCP distribuídos estão apresentados líquido de imposto (15% de IR).

(f) REMUNERAÇÃO EM AÇÕES

A Porto Seguro S.A. ("Porto") possui um plano de remuneração em ações ("Plano"), aprovado pela assembleia geral realizada em 31 de março de 2022, que estabelece as regras aplicáveis à atribuição de ações a administradores e empregados da Porto e/ou de suas coligadas e controladas, direta ou indiretamente, dentre as quais se inclui a Companhia, como parte de sua remuneração.

O Plano tem por objetivos promover: (i) o alinhamento de longo prazo entre os interesses dos beneficiários, dos acionistas, da Porto e de suas investidas; (ii) o comprometimento, por parte dos administradores e dos empregados, com a obtenção de resultados sustentáveis para a Porto e para as suas investidas; (iii) a criação de valor para os acionistas; e (iv) o crescimento do Grupo Porto.

Os termos e condições previstos no Plano foram especificados e complementados em programas aprovados pelo Conselho de Administração da Porto, quais sejam: (1) Remuneração Anual em Ações, referentes ao pagamento de parte da remuneração variável anual dos beneficiários; (2) Bonificação Adicional, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; (3) Mega Grant, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto; e (4) Porto em Ação, referente ao pagamento de remuneração variável aos beneficiários, de acordo com o atingimento de metas de clientes e negócios do Grupo Porto.

A liquidação dos pagamentos devidos aos beneficiários do Plano ocorre mediante a entrega de ações emitidas pela Porto, mantidas em tesouraria. O cálculo do preço das ações deverá considerar a média do preço de cotação de fechamento das ações da Porto, ponderado pelo volume diário de negociação, nos últimos 30 (trinta) pregões anteriores à data em que as ações forem atribuídas aos beneficiários, nos termos do Plano, conforme atualizado, e de seus programas.

A movimentação dos programas de remuneração em ações está demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	156.604	139.905
Diferimento do exercício	175.047	133.270
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(168.467)	(116.571)
Saldo final	163.183	156.604
Valor de mercado médio ponderado (R\$)	37,18	30,93
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Saldo inicial	3.989	4.314
Diferimento do exercício	3.620	3.682
Ações canceladas, alienadas ou perda de direito	(3.887)	(4.007)
Saldo final	3.722	3.989

26. PRÊMIOS EMITIDOS E GANHOS, SINISTRALIDADE E COMISSONAMENTO

	de 2025			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	10.108.381	8.689.909	57,8	24,0
Resp. civil facultativa veículos	3.067.613	2.558.422	65,0	19,6
Demais - automóveis	2.421.112	1.982.327	51,5	20,0
Compreensivo empresarial	1.269.486	1.168.318	30,4	27,3
Fiança locatícia	1.124.800	936.385	38,1	20,1
Vida individual e grupo	851.837	845.022	43,4	27,5
Demais - vida	758.708	748.096	32,4	31,0
Compreensivo residencial	1.371.538	1.264.232	34,5	32,9
Demais - patrimonial	515.600	486.813	26,7	18,7
Demais - transportes	274.086	273.455	29,3	23,6
Demais - rural	62.546	58.784	51,3	13,0
Demais ramos	418.427	452.187	27,5	22,3
	22.244.134	19.463.950	50,5	23,8

	Dezembro de 2024			
	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	7.351.860	7.357.790	57,5%	22,9%
Resp. civil facultativa veículos	2.093.540	2.050.990	55,4%	19,1%
Demais - automóveis	1.547.080	1.369.524	46,3%	19,0%
Compreensivo residencial	1.180.789	1.026.723	38,6%	32,9%
Fiança locatícia.....	1.017.521	808.007	38,3%	19,7%
Compreensivo empresarial.....	1.088.628	1.021.211	33,4%	27,4%
Vida individual e grupo	788.512	783.652	44,0%	28,9%
Demais - vida.....	637.744	631.920	31,6%	30,5%
Demais - patrimonial.....	436.920	420.198	29,0%	19,0%
Demais - transportes	263.117	263.192	35,0%	23,1%
Demais - rural	67.296	63.361	34,9%	12,1%
Demais ramos	475.934	462.095	21,8%	23,1%
	16.948.941	16.258.663	48,7%	23,3%

27. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2025		Dezembro de 2024	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos.....	(2.770.504)	(2.768.087)	(734.715)	(728.423)
Provisão de riscos não expirados.....	(13.311)	(13.311)	(8.634)	(8.634)
Outras provisões	3.631	3.631	53.071	53.071
	(2.780.184)	(2.777.767)	(690.278)	(683.986)

28. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Sinistros avisados - administrativo	(8.707.200)	(6.893.931)
Porto Socorro	(1.785.193)	(1.506.033)
Sinistros avisados - judicial	(192.439)	(140.648)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados.....	(84.747)	(46.037)
Ressarcimentos.....	321.553	287.004
Salvados.....	1.030.837	791.921
Outras despesas com sinistros (i)	(413.727)	(416.253)
	(9.830.916)	(7.923.977)

(i) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

29. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Comissões sobre prêmios retidos	(5.025.758)	(3.841.878)
Variação das despesas de comercialização diferidas	565.255	194.949
Outras despesas de comercialização (**)	(171.090)	(140.296)
	(4.631.593)	(3.787.225)

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 13.1) e as despesas de comercialização não diferidas.

(**) Referem-se, principalmente, a despesas com agenciamento e pró-labore, incluindo comissões pagas a corretores e intermediários na comercialização de apólices de seguros.

30. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Cobrança	(117.600)	(89.370)
Provisão para redução ao valor recuperável	(15.402)	(9.544)
Encargos sociais	(37.706)	(33.076)
Assistência	(26.325)	(19.932)
Provisões cíveis.....	(14.833)	(15.191)
Dispositivo anti-furto.....	(11.074)	(10.936)
Honorários advocatícios	(11.076)	(9.405)
Benefícios concedidos a segurados	(6.269)	(18.129)
Outras.....	(22.262)	(11.774)
	(262.547)	(217.357)

31. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Despesas recuperadas.....	1.258.211	1.177.738
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.809.625)	(1.649.797)
Serviços de terceiros	(1.139.143)	(975.634)
Localização e funcionamento	(492.508)	(418.569)
Publicidade e propaganda	(141.495)	(133.403)
Donativos e contribuições	(31.439)	(37.090)
Despesa com publicações	(243)	–
Outras.....	(111.401)	(305)
	(2.467.643)	(2.037.060)

Contempla rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do Grupo Porto. O detalhamento, em sua grande maioria, está demonstrado na nota explicativa nº 35.

32. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
COFINS.....	(395.849)	(360.516)
PIS.....	(64.326)	(58.584)
Outras.....	(14.554)	(18.898)
	<u>(474.729)</u>	<u>(437.998)</u>

33. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valorização e juros de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	515.238	308.065
Operações de seguros	133.388	114.633
Juros de instrumentos financeiros - demais categorias	121.060	129.955
Variações monetárias dos depósitos judiciais	54.082	46.512
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	7.325	—
Outras	92.442	84.409
Total de receitas financeiras	923.535	683.574
Operações de seguros	(70.707)	(63.565)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(49.737)	(69.412)
Despesas com empréstimos bancários	(28.878)	(22.647)
Juros de arrendamento	(14.935)	(15.271)
Variações monetárias das contingências Cíveis e Trabalhistas	(10.012)	—
Desvalorização de instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado	(9.128)	(51.703)
Desvalorização de instrumentos financeiros - demais categorias	6	(4.416)
Outras	(25.558)	(41.208)
Total de despesas financeiras	(208.949)	(268.222)
Resultado financeiro	714.586	415.352

34. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

34.1 PLANO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Determinadas controladas do Grupo Porto patrocinam 2 planos de previdência complementar para seus funcionários, sendo um na modalidade de contribuição variável e outro de contribuição definida. Estes planos seguem os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da PortoPrev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Em ambos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos.

• Plano PORTOPREV (CV), que foi instituído em 01 de outubro de 1994 e na data de 24 de setembro de 2015, foi aprovada a alteração regulamentar, pela PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar, a qual estabeleceu o encerramento das inscrições de novos participantes a este Plano. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 6% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante; e

• PORTOPREV II (CD), que foi instituído em 24 de setembro de 2015 para os funcionários que não se inscreveram ao Plano PORTOPREV antes de 24 de setembro de 2015, ou que foram admitidos a partir desta data. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante.

Em 31 de dezembro de 2025, os planos contavam com cerca de 5.010 participantes. As despesas das controladas da Companhia com contribuições ao plano foram de R\$ 25.779 em 31 de dezembro de 2025.

34.2 BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	100.926	90.578
Custo dos benefícios	4.790	5.109
Custo de juros	13.337	9.483
Benefícios pagos	(13.893)	(14.706)
Ganho atuarial sobre a obrigação	9.806	(2.050)
Outros	5.967	12.514
Saldo final do passivo	120.933	100.928

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2025, foram as seguintes:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Taxa média de desconto das obrigações (a.a.)	7,62%	7,74%
Taxa de crescimento salarial (a.a.)	1,00%	1,00%
Inflação econômica (a.a.)	4,17%	4,10%
Inflação médica (a.a.)	4,00%	4,00%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (a.a.) - nominal	4,17%	4,10%

35. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As principais transações entre partes relacionadas estão apresentadas abaixo:

- Repasses de despesas e serviços compartilhados, conforme grade de rateio e/ou utilização de estrutura física e "headcount" entre elas;
- Serviços de seguro saúde contratados da Porto Saúde;
- Serviços de apoio a gestão de saúde contratados da ligada Porto Seguro Saúde Ocupacional;
- Reembolso de despesas com manutenção de imóveis e indenização por vacância no contrato de venda de imóveis com a Porto S.A.;
- Serviços de monitoramento de DAF efetuados pela Proteção e Monitoramento;
- Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg;
- Seguro prestamista efetuado pela Portoseg e Consórcio;
- Serviços de intermediação, administração e gestão de recursos, títulos, valores mobiliários e outros ativos financeiros pela Crediporto;
- Serviços de administração e gestão de carteiras pela Porto Asset Management e Porto Gestora;
- Cobrança pela utilização e manutenção de espaço digital compartilhado (site), pela Porto Serviços e Comércio, para divulgação dos produtos da Porto Seguro Cia de Seguros Gerais;
- Serviços de "Call center" contratados da Porto Atendimento;
- Aquisição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização;
- Serviços de locação de veículos aos colaboradores pela Mobitech (operação encerrada no decorrer do 4º trimestre de 2024). Em 2025, houve alteração na razão social e objeto da companhia para Porto Serviço e Negócios, com serviços de gestão e controle de benefícios concedidos previstos em apólices aos segurados; e
- Serviços de assistência automotiva e residencial pela Porto Serviço S.A. (iii).

Os saldos a receber por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Ativo		
Portoseg.....	45.676	26.545
Porto Saúde.....	24.055	15.309
Porto Consórcio.....	17.135	10.234
Porto Serviço.....	10.640	394
Porto Atendimento.....	8.712	7.234
Azul Seguros.....	8.155	38.834
Porto Vida e Previdência.....	5.326	2.267
Crediporto.....	2.896	200
Porto Capitalização.....	1.769	1.758
Itaú Auto e Residência.....	332	2.079
CDF S.A.....	—	6.697
Demais.....	8.078	6.192
	132.774	117.743

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Passivo		
Porto Seguro S.A.....	462	994
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	401	—
Porto Saúde Participações	105	—
Renova	17	—
Renova Peças Novas	—	1
Proteção e Monitoramento	2	—
	<u>987</u>	<u>995</u>

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Portoseg	311.451	239.823	(58.531)	(36.604)
Porto Saúde.....	219.254	171.818	(151.074)	(146.516)
Azul Seguros	181.448	348.993	—	—
Porto Consórcio.....	152.528	120.331	(64.720)	(51.281)
Porto Atendimento.....	89.240	84.572	(105.596)	(100.335)
CDF S.A (iii).....	67.048	31.620	(1.316.848)	(417.139)
Porto Serviço (iii).....	32.170	394	(304.786)	—
Porto Vida e Previdência	30.681	24.506	—	—
Itaú Auto e Residência	5.908	26.470	(444)	—
Porto Capitalização	19.584	18.471	(5.990)	(5.962)
Crediporto.....	16.757	1.726	(27.892)	(8.762)
Porto Assistência Participações (iii).....	12.588	7.982	(109)	(169)
Portopar.....	10.222	4.261	(635)	—
Porto Serviços e Comércio.....	9.360	4.914	(2.453)	(2.688)
Serviços Médicos	8.088	9.269	—	—
Proteção e Monitoramento	7.256	6.449	(95)	(80)
Porto Seguro Saúde Ocupacional....	6.894	6.602	(10.562)	(3.491)
Porto Asset Management	5.918	6.151	—	(1.511)
Renova	4.966	4.011	(17)	(495)
Porto Seguro Gestora de Recursos	3.630	569	(7.112)	(3.368)
Unigás	2.869	—	—	—
Porto Conecta/Porto Serviço Intermediação e Agenciamento de Negócios (ii)	2.618	8	—	—
Mobitech/Porto Serviço Negócios (i)	1.712	2.368	(960)	(1.455)
Portomed.....	383	95	—	—
Porto S.A.	101	2.851	(6.596)	(15.994)
Porto Negócios Financeiros	5	97	—	—
Renova Peças Novas	4	1	—	(4)
Porto Saúde Operações.....	2	73	—	—
Porto Odonto	—	5	(4)	—
Porto Assistência (iii)	—	—	—	(219.722)
CDF Ltda (iii)	—	64.853	—	(677.730)
Porto Bank.....	—	97	(2)	—
Porto Saúde Participações	—	284	(105)	—
	1.202.685	1.189.664	(2.064.531)	(1.693.416)

Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 – Rua Guaianases, 1.238 – Campos Elíseos – CEP: 01205–005 – 01204–001 – São Paulo – SP



➔ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

35.1 TRANSAÇÕES COM PESSOAL-CHAVE

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Participação nos lucros - administradores.....	(84.949)	(129.400)
Honorários de diretoria e encargos	(39.264)	(39.587)
	(124.213)	(168.987)

36. RESULTADO POR AÇÃO

O resultado por ação básico da Companhia é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações emitidas durante o exercício.

A Companhia não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo (conforme definido pelo CPC 41 - Resultado por Ação) sobre o lucro por ação do exercício. Dessa forma, o resultado por ação básico que foi apurado para o período é igual ao resultado por ação diluído, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2025	Dezembro de 2024
Resultado atribuível aos acionistas da Companhia.....	1.781.277	1.566.917
Média ponderada do número de ações durante o exercicio...	717.468	699.236
Resultado por ação básico e diluído	2,4827	2,2409

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

Com base nos trabalhos desenvolvidos, o Comitê de Auditoria recomendou aos respectivos órgãos sociais, por unanimidade, a autorização para emissão e/ou aprovação destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 em conjunto com as demonstrações financeiras da Porto Seguro S.A.. A atuação do Comitê de Auditoria abrange todas as reguladas SUSEP do Grupo Porto, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o Grupo Porto. Não foram identificados assuntos que pudessem modificar o relatório do Comitê de Auditoria emitido em 04 de fevereiro de 2026.

DIRETORIA				
PATRICIA CHACON JIMENEZ Diretora Presidente	LUIZ AUGUSTO DE MEDEIROS ARRUDA Diretor Vice-Presidente - Comercial e Marketing	DOMINGOS DE TOLEDO PIZA FALAVINA Diretor Executivo	JARBAS DE MEDEIROS BACIANO Diretor Executivo - Produto Ramos Elementares	LUIZ VICENTE GUARANHA LAPENTA Diretor
PAULO SÉRGIO KAKINOFF CEO Seguros	MARCOS ROBERTO LOUÇÃO Diretor Vice-Presidente Negócios Financeiros	EMERSON PINHEIRO VALENTIM Diretor Executivo de Produção	PATRÍCIA QUIRICO COIMBRA Diretora Executiva de Gente e Cultura	MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA Diretor
CELSO DAMADI Diretor Vice-Presidente - Financeiro, Controladoria e Investimentos	MARCOS ROGÉRIO SIRELLI Diretor de Tecnologia, Dados e Atendimento	EMÍLIO BENTANCOURT Diretor Executivo de Riscos e Governança	RAFAEL VENEZIANI KOZMA Diretor de Controladoria	NELSON SANTOS AGUIAR Diretor
LENE ARAÚJO DE LIMA Diretor Vice-Presidente	SAMI FOGUEL Diretor Vice-Presidente	IZAK RAFAEL BENADERET Diretor Executivo de Investimentos	CARLOS EDUARDO NAEGEL GONDIM Diretor	TIAGO VIOLIN Diretor
ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES Diretora Executiva Jurídica	JAIME SOARES BATISTA Diretor Executivo - Produto Automóvel	CARLOS EDUARDO NAEGEL GONDIM Diretor	TIAGO VIOLIN Diretor	
DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1			ANELISA FORTES E FARIA - Atuária - MIBA nº 2457	

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores, Conselheiros e Acionistas da
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
São Paulo - SP

Opinião:
Examinamos as demonstrações financeiras da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Base para opinião
Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias das demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria
Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração e reconhecimento das provisões técnicas de contratos de seguros
Conforme divulgado nas notas explicativas nº 3.13.1 e 22, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia, registrou provisões técnicas bruto de resseguro decorrentes dos contratos de seguros no montante de R\$ 15.297.650 mil. Como parte do processo de determinação dos valores relativos a essas provisões é requerido julgamento profissional da diretoria na seleção das metodologias de cálculo e das premissas, tais como: valor estimado de abertura de sinistros, sinistralidade esperada, desenvolvimento histórico de sinistros, taxas de desconto e cancelamento, fatores de risco dos sinistros judiciais, riscos assumidos e vigentes de apólices em processo de emissão, entre outros.

Adicionalmente, a diretoria realiza o Teste de Adequação do Passivo ("TAP") com o objetivo de capturar possíveis deficiências nos valores das obrigações decorrentes dos contratos de seguro. O TAP considera a estimativa a valor presente de todos os fluxos de caixa futuros, incluindo despesas administrativas e operacionais, despesas de liquidação de sinistros e impostos diretos, a partir de premissas baseadas na melhor expectativa na data de execução do teste. O TAP também considera premissas de sinistralidades calculadas conforme descrito na nota explicativa nº 3.13.2. A avaliação das metodologias e premissas utilizadas pela diretoria na constituição de suas provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar foi considerada um dos principais assuntos de auditoria em função da magnitude dos valores envolvidos e da subjetividade e complexidade no processo de mensuração relacionado à provisão de sinistros e despesas ocorridos e não avisados e ao teste de adequação de passivos.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes; (ii) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais; (iii) a utilização de especialistas atuários para nos auxiliar na avaliação e teste dos modelos atuariais utilizados na mensuração das provisões técnicas dos contratos de seguros e previdência complementar, firmados pela Companhia; (iv) a avaliação da razoabilidade das premissas e metodologias utilizadas pela diretoria da Companhia, incluindo aquelas relacionadas ao teste de adequação de passivos; (v) a validação das informações utilizadas nos cálculos das provisões técnicas; (vi) a realização de cálculos independentes sensibilizando algumas das principais premissas utilizadas; (vii) testes documentais, mediante amostra dos sinistros a liquidar quanto da sua existência, contribuições, resgates, portabilidades, concessão e pagamento de benefícios e adequado registro contábil; e (viii) revisão da adequação das divulgações incluídas nas demonstrações financeiras.

Ambiente de tecnologia da informação

A Companhia é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, consequentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade do ambiente de tecnologia da informação é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto:
Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Companhia. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (Susep) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

PARECER DOS ATUÁRIOS AUDITORES INDEPENDENTES

experiência acumulados sobre práticas atuariais adequadas. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Em particular quanto ao aspecto de solvência da Sociedade, nossa responsabilidade de expressar opinião refere-se estritamente à adequação da constituição das provisões técnicas e de seus ativos redutores de cobertura financeira relacionados, segundo normativos e princípios supracitados, bem como ao atendimento pela Sociedade auditada dos requerimentos de capital conforme limites mínimos estipulados pelas normas vigentes da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e não se refere à qualidade e à valoração da cobertura financeira tanto das provisões técnicas, líquidas de ativos redutores, como dos requisitos regulatórios de capital.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Sociedade são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos

indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2025 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos procedimentos selecionados sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar segurança razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de procedimentos selecionados, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 04 de fevereiro de 2026

ERNST & YOUNG Serviços Atuariais S/S Ltda., CIBA 57
CNPJ 03.801.998/0001-11
Anderson Gomes Ferreira da Silva
Atuário - MIBA 2043



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRLA-SP034519/O
Patrícia da Silva Paz
Contadora CRC-SP198827/O





Seguro Auto

Do básico ao
mais completo.

OPERADO PELA



Baixe o app e fale com seu Corretor.

